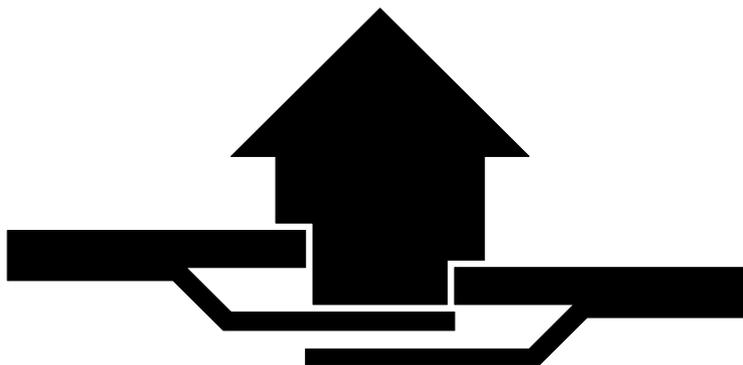




PREFEITURA DE RIO BRANCO

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE
SOCIAL DE RIO BRANCO



PMHIS - RB

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO URBANA

CRÉDITOS

Equipe da Prefeitura Municipal de Rio Branco

RAIMUNDO ANGELIM VASCONCELOS

Prefeito de Rio Branco

JOSÉ OTÁVIO FRANCISCO PARREIRA

Secretário Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana - SMDGU

JOÃO PAULO ALVES MENDES

Diretor do Departamento de Gestão Urbana

AURINETE FRANCO MALVEIRA

Diretora do Departamento de Desenvolvimento Urbano

N'DIOGO DIÉNE

Chefe da Divisão de Planejamento Urbano

DANIEL GOMES

Chefe da Divisão de Regularização Fundiária

ROZAMÉLIA MESQUITA

Chefe da Divisão de Habitação

PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA

Chefe da Divisão de Georreferenciamento

GUILHERME FRANCO MATNY

Assessor Técnico

Parceiros

SOAD FARIAS DA FRANCA

Arquiteta e Urbanista

Secretaria Estadual de Infraestrutura, Obras Públicas e Habitação

Servidora Profissional Convidada

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
2. METODOLOGIA DO DIAGNÓSTICO PRELIMINAR.....	10
2.1 Etapa 1 - Metodologia	11
2.2 Etapa 2 - Diagnóstico.....	12
2.2.1 - Legislação	14
2.3 Etapa 3 – Plano de Ação	16
2.3.1 - Diretrizes do PMHIS para o Desenvolvimento Habitacional.....	16
3. BASES TÉCNICAS E FUNDAMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PLANO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	26
3.1 - Desenvolvimento: Investimentos e Planejamento Urbano.....	27
3.1.1 - Programa de Fortalecimento do Turismo.....	33
3.2. - Crescimento de Rio Branco e a socioeconômica urbana	36
4. RECURSOS E FONTES DE FINANCIAMENTO	56

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Evolução do PIB do Acre entre 2002 – 2008	32
Figura 02 - Crescimento Demográfico de Rio Branco 1920-2010	36
Figura 03 - Crescimento Demográfico de Rio Branco 1970 – 2010	37
Figura 04 – Distribuição Espacial. População Extremamente Pobre por Região	38
Figura 05 - Perfil socioeconômico de Rio Branco	39
Figura 06 – Características dos Chefes de Família	39
Figura 07 - Economia	40
Figura 08 – Relação entre Perímetros e Capacidade de Habitação	41
Figura 09 - Programas de Habitações e Fontes de Recursos	48
Figura 10 – Programa	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Principais Pontos Turísticos do Vale do Acre	35
Quadro 02 - Atendimento – Saneamento Básico	46

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Proposta de Ampliação do Atual Perímetro Urbano	26
Mapa 02 - Ampliação do Perímetro Urbano - Novos Eixos Estruturadores	41
Mapa 03 - Localização do Anel Projetado no Plano Diretor	42
Mapa 04 - Bacias – Esgotamento	46
Mapa 05 - Espacialização dos Assentamentos Informais de Rio Branco	48
Mapa 06 - Restrições para Edificações Urbanas	50
Mapa 07 - Geografia Urbana de Rio Branco	51
Mapa 07 - Área de Abrangência do Aquífero – conforme a CPRM	52
Mapa 08 - Perímetro Urbano	53
MAPA 09 - Área S1 para a construção do primeiro lote de Habitação de Interesse Social a partir de 2011	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Principais Empresas Exportadoras do Acre	30
Tabela 02 - Crescimento da Frota de Veículos	44
Tabela 03 - Previsões de Crescimento Veicular para 10 anos	45
Tabela 04 - Quadro de Avaliação Imobiliária – PAC1	54

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Rio Branco - PMHIS elaborado pela Prefeitura de Rio Branco, em conjunto com a sociedade civil organizada, foi concebido observando as exigências legais: Metodologia, Diagnóstico e Plano de Ação conforme o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, criado pela Lei Federal N.º 11.124 de 16 de junho de 2005, sendo um dos requisitos para que o Município possa ter acesso aos recursos referentes à habitação. O PMHIS é um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores, referendados pela sociedade e será aprovado pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.

A mesorregião do Vale do Acre é a maior das duas mesorregiões acreanas. A maior de suas microrregiões é a Microrregião de Rio Branco, na qual se localiza a capital Rio Branco e onde vive a maior parte da população do Estado. Está localizada na porção leste do Estado e faz fronteira com o Amazonas ao norte, com Rondônia a leste, com o Peru a oeste e com a Bolívia ao sul. Atualmente o perímetro urbano apresenta uma área de 88.143,174 hectares e representa 5,38% do Estado. Em sua extensa área territorial apresenta um índice de urbanização de 97% (IBGE 2010). Rio Branco detém a condição de Capital de Estado e a de Município mais desenvolvido. A população de Rio Branco representa hoje 40% do total da população do Acre. No período de 2000 a 2010 passou de 253.059 para 319.825 habitantes, (IBGE 2010). Somam-se a esse contexto as ações integradoras do desenvolvimento regional expresso em grandes projetos, entre estes: infraestrutura viária e zonas de industrialização.

Esse quadro elege Rio Branco como o alvo principal de ocupação, é o centro atrativo da região. As questões estruturais existentes em Rio Branco representam um passivo considerável, a ser equacionado na busca de uma sustentabilidade para o seu desenvolvimento. Essa condição e os impactos gerados pelo atual contexto regional estão desencadeando um processo de crescimento com alterações em sua estrutura urbana. O equilíbrio no desenvolvimento deve ser considerado como

prioritário para Rio Branco, sob pena de comprometer toda sua estrutura urbana, alavancada nos últimos anos bem como seu patrimônio territorial e social.

Este plano define como prioridade de atuação do Município o conjunto de objetivos, diretrizes e metas que referenciarão as futuras propostas que visam atender as demandas habitacionais, com destaque às famílias que possuem a renda mais baixa. Mesmo assim, o plano mantém seu foco abrangente na questão habitacional do Município com a identificação do problema, considerando o déficit de moradia, situação de risco, insalubridades, irregularidades fundiárias, infraestrutura básica, aspectos ambientais e humanos, entre outros.

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS é um instrumento de implementação das disposições estabelecidas pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e objetiva a promoção do planejamento das ações referentes ao setor habitacional no Município, de forma a garantir o acesso à moradia digna, apregoado pela Constituição Federal.

O artigo 6º da Constituição Federal consagra o direito à moradia digna enquanto direito social. Assegurar este direito, com prioridade para os grupos populacionais mais vulneráveis e carentes, passa a ser o objetivo primordial da Política e do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. No novo quadro resultante da implementação do Sistema Nacional da Habitação - SNH, o Município passa a ser protagonista nas ações de coordenar a política habitacional regional, com a atribuição de mobilizar, aperfeiçoar, fiscalizar, articular e adequar os agentes, instrumentos e recursos necessários de forma a garantir a participação direta da sociedade, na definição e no controle das prioridades e dos programas. Nesta perspectiva, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS constitui-se em instrumento de articulação da política habitacional e de controle e monitoramento de seus resultados.

2. METODOLOGIA DO DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

A Ótica do PMHIS é de ser o agente indutor do uso e ocupação do solo e da economia local, buscando um desenvolvimento com qualidade e equilíbrio. A política habitacional integrada exige o comprometimento dos agentes sociais, a quantificação dos recursos perenes e sazonais e o esforço conjunto dos setores público e privado, bem como o do “terceiro setor”. A elaboração do PMHIS abrange três etapas: Metodologia, Diagnóstico e Plano de ação, envolvendo pesquisas nos vários órgãos da Prefeitura e em fontes secundárias. O resultado das Oficinas referentes à Habitação de Interesse Social complementa este Plano.

Ao longo da elaboração das etapas, Rio Branco participou e interagiu como importante interlocutor das diversas atividades do Comitê Técnico Estadual. E também, recebeu subsídios para o aprimoramento das questões relativas aos seus problemas habitacionais e à busca de suas soluções.

A metodologia para este Plano teve a participação do Comitê Técnico de Consultores, composto por todos os representantes das empresas contratadas para a elaboração dos Planos Municipais, do Instituto UNIEMP - Universidade Empresa, pelos integrantes da Associação dos Municípios do Acre (AMAC), pelos consultores do Estado, por representantes da Capital do Estado e ainda por técnicos da Secretaria de Habitação do Estado e de outras Secretarias.

A partir do início da apresentação dos trabalhos à população em Audiência Pública realizada em 07 de agosto de 2009, no auditório do SEBRAE/AC, com a presença de autoridades, sociedade civil organizada, comunidade, técnicos e consultores envolvidos na elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social foram concretizadas as seguintes etapas:

Etapa 1 – Metodologia ou proposta de estruturação do desenvolvimento das ações a serem executadas;

Etapa 2 – Diagnóstico, consiste no levantamento e análise de dados de elaboração do diagnóstico quantitativo e qualitativo habitacional;

Etapa 3 – Plano de Ação, compreende a elaboração de um Plano de Ação que irá abordar resoluções dos problemas identificados no diagnóstico.

2.1 Etapa 1 - Metodologia

A metodologia do PMHIS contempla um amplo levantamento da situação habitacional no Município, a análise e diagnóstico dos dados coletados e - considerando os instrumentos locais - o estabelecimento de diretrizes, linhas programáticas e de implementação, que expressem o entendimento do poder público e agentes sociais a respeito do planejamento local do setor habitacional, definindo um plano de ação para enfrentar os principais problemas, priorizando a habitação de interesse social e regulando os demais níveis sócio econômico e cultural, bem como criar uma política de inclusão social, pela definição de uma Política Habitacional, com ênfase em sua função social e de agente reguladora do mercado imobiliário local em ações participativas, inovadoras e estratégicas, assim o PMHIS tem como objetivos de atuação:

- a) Identificar e incentivar os agentes sociais que irão atuar na Política Habitacional;
- b) Identificar o real déficit habitacional na cidade de Rio Branco, considerando quantidade e qualidade;
- c) Identificar fontes de recursos perenes e sazonais, para a implementação da Política Habitacional e do PMHIS;
- d) Integrar e unir esforços dos setores públicos e privados, bem o como do “terceiro setor”;
- e) Incentivar a construção civil, como agente indutor da economia local;
- f) Gerar estratégias de otimização dos recursos técnicos e financeiros;
- g) Integrar o trabalho municipal com os investimentos estaduais;
- h) Fortalecer a produção técnica no Município de forma coletiva e homogênea;
- i) Unificar informações, procedimentos, tarefas, estratégias e assessorias;
- j) Capacitar material humano para o aperfeiçoamento do Plano;

- k) Manter parcerias com as Secretarias de Meio Ambiente e de Habitação do Estado;
- l) Garantir ações sociais para a permanência dos novos proprietários no lugar;
- m) Desenvolver Planos Setoriais e Leis Complementares;
- n) Fortalecer a adoção das diretrizes contidas no Plano Diretor;
- o) Implementar o Plano Diretor com a normatização de loteamentos e condomínios

2.2 Etapa 2 - Diagnóstico

No processo de análise e diagnóstico sobre as informações apresentadas do setor habitacional de Rio Branco, ficou claro no cenário montado do déficit, que o vetor quantitativo isoladamente não é o ator mais importante. O vetor qualitativo é o que apresentou maior peso e complexidade. Portanto, todas as estratégias de condução deste trabalho foram direcionadas ao saneamento dos fatores que estão alimentando o déficit qualitativo, dentro do espectro que envolve a habitação, principalmente a de interesse social.

No panorama atual de Rio Branco, considerando o déficit quantitativo isoladamente, tais unidades habitacionais estão em processo de disponibilização e construção com vários investimentos paralelos, por meio de programas e aportes de várias instâncias de governo, principalmente a federal. A atual política habitacional da união sinaliza investimentos que ampliarão esse horizonte. O cerne da questão habitacional em Rio Branco está na qualidade das habitações enquanto estrutura urbana. Municar a gestão pública de instrumentos de controle e gestão para enfrentar esse desafio, foi a diretriz de desenvolvimento deste PMHIS.

Toda a avaliação sobre a inserção regional de Rio Branco demonstrou um contexto de oportunidades versus as questões estruturais do Estado que, respectivamente, alimentam seu crescimento e potencializam seu desequilíbrio. Essa conjuntura obriga o Município a ampliar sua atuação junto ao planejamento do Estado, visando à construção de caminhos alternativos para um desenvolvimento equilibrado.

Após a conclusão da primeira etapa, cujo objetivo alcançado foi a estruturação da Metodologia, foi realizada a segunda etapa, o Diagnóstico.

O contexto encontrado foi complementado através da Oficina de Diagnóstico realizada em 17 de setembro de 2010. Este produto representa a síntese do quadro atual da cidade de Rio Branco, de conformidade às diretrizes do Ministério das Cidades. A oficina teve como objetivos:

- a) Promover um encontro para tratar com as lideranças comunitárias, bem como, representantes de entidade de classe e órgãos relacionados à política habitacional para apresentar os encaminhamentos e fases do PMHIS;
- b) Analisar e definir taxas ideais de usos e ocupação do solo destinado a habitações de interesse social;
- c) Analisar os modelos dos projetos arquitetônicos das habitações de interesse social, implantadas em Rio Branco;
- d) Analisar e definir coletivamente os melhores materiais para as habitações de interesse social, implantadas em Rio Branco;
- e) Realizar diagnóstico acerca dos parâmetros das construções das habitações populares, dignos a serem adotados no PMHIS de Rio Branco, definindo: Projeto; taxas de uso; materiais utilizados, alternativas e fases construtivas.

Os dados socioeconômicos e ambientais da cidade de Rio Branco foram fornecidos após uma ampla pesquisa de colaboradores e funcionários desta Secretaria. O Diagnóstico contém as seguintes informações:

1. Inserção regional e característica do Município: área, população urbana e rural, inserção micro e macro regional, relação com os municípios ou estados vizinhos – especialmente no que tange à questão fundiária e principais atividades econômicas;
2. Atores sociais e suas capacidades: levantamento de informações sobre as formas de organização dos diversos grupos sociais que atuam no setor habitacional e sua capacidade de atuação;
3. Necessidades habitacionais: caracterizar o contingente populacional que demanda investimentos habitacionais, considerando composição familiar, gênero, idade, nível de instrução, renda, composição do domicílio, déficit habitacional quantitativo e qualitativo, caracterização de assentamentos

- precários (favelas e afins), incluindo famílias conviventes e agregadas, renda familiar e renda domiciliar, ocupação principal e secundária dos membros maiores de idade, grau de segurança das relações de trabalho e outras;
4. Oferta habitacional: caracterizar a oferta de moradias e solo urbanizado, as condições de acesso às modalidades de intervenção e financiamento habitacional; identificar a oferta e disponibilidade do solo urbanizado para a população de baixa renda, especialmente no que se refere às Áreas de Especial Interesse Social – AEIS, as diferentes modalidades de construção ou reforma que contribuem para aumentar a oferta de habitações de interesse social; identificar a produção de moradias realizada pela própria população.
 5. Marco regulatório e legal: levantamento dos marcos regulatório e legal existentes e daqueles que precisam ser modificados ou elaborados, na perspectiva do direito à cidade e da garantia do acesso à moradia digna, especialmente para a população de baixa renda, como Plano Diretor Participativo; normas de zoneamento quanto ao uso e ocupação do solo; Conselho e Fundo Local de Habitação de Interesse Social.
 6. Condições institucionais e administrativas: capacidade de aplicação de recursos próprios para melhorias das condições habitacionais, identificação de recursos humanos tecnicamente qualificados e equipamentos para a realização de serviços habitacionais de infra-estrutura urbana;
 7. Programas e ações: identificar os programas habitacionais financiados ou executados diretamente pelas administrações locais, pelos demais entes federativos ou por agências bilaterais; os benefícios já realizados e a previsão de atendimentos; e,
 8. Recursos para financiamento: identificar as fontes de recursos existentes e potenciais para financiamento do setor habitacional, os agentes envolvidos e as responsabilidades de cada um.

2.2.1 - Legislação

Para subsidiar as diretrizes estabelecidas, foram tomados como referência para a elaboração e desenvolvimento do Plano; a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, a Lei Federal nº 11.124, que cria o Sistema Nacional de Habitação e o

Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, a Constituição do Estado do Acre e as leis municipais.

a) Leis Municipais

Lei Orgânica do Município, de 04/06/2003

- Lei 1149, de 20/04/1994

Dispõe sobre a criação do Programa de Coleta Seletiva de Lixo, no Município.

- Lei 1330, de 23/09/1999

Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, instituindo o Sistema Municipal de Meio Ambiente e alterando as competências da SEMEIA e do CONDEMA, e dá outras providências.

- Lei 1551, de 08/11/2005

Dispõe sobre a organização da Administração Pública Municipal, estabelece suas estruturas, princípios e diretrizes e dá outras providências.

- Lei 1611, de 27/10/2006

Aprova e institui o novo Plano do Município de Rio Branco e dá outras providências.

- Lei 1638, de 29/05/2007

Altera a Lei Municipal nº 1611, de 27 de outubro de 2006, acrescentando-lhe o artigo 241-A.

- Lei 1677, de 20/12/2007

Institui a Lei do Patrimônio Cultural, estabelece diretrizes para a Política Municipal de Preservação e Manutenção do Patrimônio Cultural, e dá outras providências.

- Lei 1724, 17/12/2008

Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e institui o Conselho Gestor do FMHIS, nos termos da Lei Federal nº 11.124, de 16/06/2005.

- Lei 1727, de 18/12/2008

Altera Plano Diretor Altera os artigos 119, 120, 128, 129, 156, 159, 161, 164, 165, 166, 167, 173, 182, 183, 188, 241-A, revoga os artigos 123 e 130, 60, inc. I, 61 inciso I e modifica o Mapa do Perímetro Urbano e o Anexo XI, todos da Lei Municipal n.º 1.611, de 27 de outubro de 2006.

- Lei 1732, de 23/12/2008

Institui o Código de Obras e Edificações do Município de Rio Branco e dá outras providências.

- Lei 1763, de 04/11/2009

Dispõe sobre a Assistência Técnica pública e gratuita para o Projeto e o Acompanhamento Técnico da construção, reforma e regularização da Habitação de Baixa Renda no Município de Rio Branco - Acre.

- Lei 1752, de 05/10/ 2009

Dispõe sobre a Regularização Fundiária no Município.

b) Decretos

- Decreto 1076, de 10/03/2006

Institui o Programa de Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural do Município de Rio Branco - ZEAS, e dá outras providências.

- Decreto 2767, de 13/05/2008

Cria a Comissão Municipal de Acessibilidade.

- Decreto 2789, de 30/05/2008

Cria a Comissão Técnica de Apoio à Fiscalização do Parcelamento, do Uso e da Ocupação do Solo.

- Decreto 2790, de 30/05/2008

Cria a Comissão Técnica de Apoio à Implementação do Plano Diretor do Município.

- Decreto 2959, de 15/08/2008

Nomeia técnicos para a Comissão Técnica de Apoio à Fiscalização do Parcelamento, do Uso e da Ocupação do Solo.

2.3 Etapa 3 – Plano de Ação

2.3.1 - Diretrizes do PMHIS para o Desenvolvimento Habitacional

O período de 1999 a 2011 significa, principalmente, para a cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, mudanças morfológicas intra-urbanas representativas na qualidade espacial, intervenções no patrimônio público, revitalizações e restaurações

de monumentos históricos como a execução de grandes obras de infraestrutura, estas obras mudaram a configuração espacial da cidade, durante esta última década, ao contrário dos períodos anteriores, caracterizados apenas pelo crescimento da malha urbana e inchaço periférico.

A partir de 1999 a gestão pública concentrou-se no planejamento de edificação institucional e da criação de instrumentos de política do seu governo. O objetivo foi o de “Promover o crescimento econômico sustentável do Estado do Acre, com atributos para geração de emprego, melhor distribuição da renda, conservação da cobertura florestal, valorizando a diversidade cultural das populações do Estado”, baseado em cinco princípios gerais: os da sustentabilidade econômica, social, ambiental, política e cultural.

Em 23 de junho de 2002, foi firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre,¹ no valor de 108 milhões de dólares, dos quais US\$ 64,8 milhões são provenientes de empréstimo do BID e US\$ 43,2 milhões de contra partida local. O Programa abrange todo o território do Estado do Acre, com 16,5 milhões de hectares e uma população estimada de 600 000 habitantes. O projeto tem como base a economia florestal sustentada, no uso múltiplo da floresta e na inclusão social, através de quatro instrumentos: Manejo Florestal, Infra-Estrutura, Instrumentos de Crédito Econômico e Instrumentos Legais.

O Governo preocupou-se em concluir o conjunto de instrumentos para estimular a preservação, conservação e a exploração sustentada de seu patrimônio florestal, o Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico ZEE/AC que estimulou a criação de áreas de conservação ambiental de uso sustentável, através da Lei Florestal, instituindo o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas, protegendo um milhão de

¹ Governo do Estado do Acre. Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre. Contrato BID 1399/OC-BR. www.ac.gov.br

hectares com a criação das Florestas Públicas estaduais do Mogno, Liberdade, Gregório, e do Antimary, 1º Projeto Piloto de Manejo Florestal em Floresta².

O PPA 2004/2007 estabeleceu, entre suas metas iniciais, fortalecer os programas de incentivos para elevar a produção e a industrialização de madeira com selo verde internacional; ampliar os programas de apoio às comunidades extrativistas para modernização e diversificação da produção extrativista, através do fortalecimento das organizações produtivas comunitárias, incorporação de tecnologias destinadas ao manejo e beneficiamento de produtos florestais e apoio à comercialização.

Entretanto, ao longo dos estudos de diagnóstico ficou evidente o desbalanceamento entre as duas Mesorregiões do Estado, a do Vale do Acre, em busca de caminhos para o desenvolvimento, e a do Vale do Juruá, em luta cotidiana contra indicadores socioeconômicos muito negativos. Essa constatação emergiu em todos os aspectos analisados, seja na questão da distribuição demográfica, desigual especialmente em sua porção urbana, quanto nos aspectos relativos à infraestrutura urbana e de suporte social, à disponibilidade de recursos de saúde, educação, ou à infraestrutura de transportes.

As diretrizes foram identificadas ao longo do diagnóstico e consistem em orientações gerais e específicas, que norteiam tanto o setor de habitação, quanto as demais políticas públicas municipais, especificamente a Política Municipal de Habitação, os eixos de desenvolvimento que impactem a questão habitacional e urbana e o princípio democrático de participação social. A diretriz principal do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social é de beneficiar, prioritariamente, a população que não tem condições de acesso à terra, à infra-estrutura e à habitação, garantindo um atendimento amplo e sem diferenciação individual ou espacial, o direito à moradia e à vida digna, à acessibilidade urbana e aos serviços e à promoção humana.

² www.ac.gov.br

O equilíbrio no desenvolvimento da cidade deve ser considerado como prioritário para Rio Branco, no contexto de território integrado e em desenvolvimento, sob pena de comprometer ou fragilizar sua estrutura urbana, alavancada nos últimos anos como seu patrimônio territorial e social. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Rio Branco – PMHIS estabelece as seguintes diretrizes:

- **Suprir o déficit habitacional mediante o Planejamento Integrado**
- **Expansão de infraestrutura e saneamento**
- **Regularização Fundiária**
- **Educação e erradicação do analfabetismo**
- **Saúde, abrangência e qualidade**
- **Economia, alternativas de produções ambientalmente sustentáveis**

a) Planejamento Integrado

O Planejamento Integrado envolve todos os atores que constroem a cidade, deverá detectar as áreas propícias para a construção das moradias de Interesse Social, considerando o atual e futuro déficit. Conforme os dados levantados pelo Governo do Estado do Acre e a Federação de Indústrias do Acre, FIEAC, o déficit para 2007 foi de 37.883 moradias. Considerando programas em via de finalização entre 2007 e 2009, quando foram entregues 748 unidades e entre 2010 e 2011, período em que estarão sendo entregues 6.039 unidades, o déficit se configura 31.096 moradias (SMDGU).

Conforme dados do IBGE (2010), a população em Rio Branco aumentou de 290.639 em 2007 para 305.954 em 2009 e para 335.796 em 2010.

Significa que atualmente existe uma defasagem de 45.157 moradores em relação aos cálculos estatísticos divulgados anteriormente. Há a necessidade de 14.952 novas moradias, ou seja, o atual déficit é de 46.048 moradias.

A implantação de novas moradias seguirá os princípios de sustentabilidade urbana, para garantir a qualidade e durabilidade das novas obras em relação aos espaços

propostos, materiais e deverão prever alternativas de uso de energia ecológica. Os padrões de moradia a serem utilizados deverão obedecer à nova regulamentação federal e estar em conformidade com o presente Plano e com a regulamentação vigente. Os planos e projetos deverão ser submetidos à aprovação democrática, com participação popular e nos devidos órgãos competentes. A apropriação dos futuros espaços pelos novos proprietários necessitará do trabalho social e logístico, a fim de criar uma identidade permanente e duradoura com o lugar, como a localização ideal e propícia para a expansão urbana, Mapa 01.

O planejamento Integrado ao definir novas áreas de otimização para a utilização de recursos e de novas e eficientes estruturas urbanas, deverá considerar aspectos estruturantes econômicos e sociais no sistema urbano atual. A necessidade de suprir o atual déficit de 46.048 moradias deverá considerar no planejamento integrado, uma infraestrutura de serviços básicos urbanos suficiente para, no mínimo, satisfazer os 50 anos vindouros. Trata-se de um plano emergencial e necessário, com o objetivo de liberar o atual tecido para intervenções de qualificação urbana e ambiental.

b) Expansão de infraestrutura e saneamento

A análise da infraestrutura domiciliar feita no diagnóstico socioeconômico identificou como bastante insatisfatórias as condições de saneamento urbanas, como coberturas de rede de esgotos e de abastecimento de água de Rio Branco.

Em 2009, apenas 0,3% dos domicílios contavam com rede coletora de esgotos e a água canalizada, representava carência em significativa parcela das residências do espaço amostral pesquisado pelo IBGE, o que indica que essa carência deve ser ainda maior. A expansão das redes de abastecimento de água e de saneamento básico deve ser equacionada, inclusive como determina o Plano Diretor Municipal, em seu plano específico, qual seja, o Plano Municipal de Saneamento e Abastecimento de Água, articulado com o Plano Estadual de Recursos Hídricos. O estabelecimento e elaboração desses planos, por força de lei vigente no território nacional, envolvem necessariamente a ação dos Comitês de Bacia Hidrográfica do

Estado, conforme previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos, especialmente voltada à ações de conservação e recuperação de recursos hídricos e de implementação de obras de infraestrutura hídrica.

Assim, para o primeiro passo de atendimento dessa diretriz, que diz respeito ao abastecimento de água e saneamento, é fundamental a ativação ou instalação dos Comitês de Bacia, para exercerem as funções de fiscalização, monitoramento e outorga de licenças de uso da água, de acordo com a legislação vigente.

Foram, também, identificadas carências relativas à drenagem para controle de vetores transmissores de doenças e manutenção de áreas públicas e vias de transporte. Todas essas ações enquadram-se no campo de atuação da política de recursos hídricos.

A diretriz proposta referente à expansão das redes de infraestrutura constitui-se na implantação efetiva dessas redes, através de planos específicos, com metas parciais a serem atingidas em prazos regulares e que possibilitem o acompanhamento administrativo de suas execuções, a serem definidas nos respectivos planos.

c) Regularização Fundiária

A diretriz de conferir segurança à população assentada, através de um diploma de ordem jurídica, conforme previsto na proposta do Plano Nacional de Habitação deve basear-se em dois objetivos gerais:

- Garantir acesso à terra urbanizada, legalizada e bem localizada;
- Regularizar os assentamentos formais e informais, garantindo a permanência dos moradores de baixa renda.

Independente da categoria jurídica em que estejam enquadradas, uma das maiores aspirações das famílias de assentados é a obtenção de alguma titulação que resulte no registro imobiliário para sua segurança jurídica. No ano de 2007, havia cerca de 21 mil habitantes na área rural do Município, distribuídos em cerca de 5,2 mil domicílios. Deste total, aproximadamente 2,7 mil famílias viviam em assentamentos de reforma agrária e apenas 36% desse total possuíam algum tipo de titulação.

Existem instrumentos jurídicos para efetivar essa regularização, especialmente a aplicação dos instrumentos de regularização fundiária previstos no Estatuto da Cidade e na Lei Federal n.º 11.977/2009

Na área urbana o cenário de irregularidade também é expressivo, apresentando mais de 190 (cento e noventa) loteamentos em situação irregular. Isso significa que a questão da regularização rural e urbana, constitui-se em uma das questões mais importantes do Município, dada a sua relevância para a questão habitacional.

Rio Branco já realizou avanços importantes para a regularização fundiária urbana, fez seu Plano Municipal de Regularização Fundiária, Lei n.º 1.752 de 05 de outubro de 2009, que dispõe sobre a regularização de parcelamentos do solo urbano para fins habitacionais, implantados irregularmente ou clandestinamente no Município de Rio Branco. Esta lei isenta de qualquer responsabilidade cível ou criminal os responsáveis pela irregularidade e incentiva a segurança e qualidade de vida da população. Objetiva atender os padrões de desenvolvimento urbano de interesse social, pautados no seu Plano Diretor e na Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). No Art. 48 a Lei n.º 1.752 estabelece que o Município poderá estabelecer a regularização de áreas públicas, com a finalidade específica de garantir um Banco de Terras com vistas ao seu Plano de Habitação de Interesse Social.

d) Educação e erradicação do analfabetismo

Esta diretriz, que é um compromisso assumido em todo o território nacional, pode significar para Rio Branco um salto qualitativo em todas as direções e, especificamente para o plano habitacional, um avanço fundamental no resgate da cidadania de sua população e, conseqüentemente, em sua capacitação para o enfrentamento das questões que definem a qualidade de vida no espaço urbano, público e privado, ou seja, a moradia. A implementação de estruturas e programas

educativos, paralelos à instalação dos novos conjuntos habitacionais, poderão acelerar a qualidade do sistema de educação.

Portanto, considerando a determinação federal neste sentido, novas iniciativas poderão compor alternativas para evidentes benefícios. Os programas e ações para o enfrentamento dessa questão, aliados a uma política que especifique investimentos voltados ao combate do analfabetismo, é possível adotar como meta a sua erradicação total, em um horizonte próximo. A Educação abrangente e de qualidade representa não apenas um avanço fundamental de capacitação da sociedade de Rio Branco, para o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis, mas também, para o enfrentamento das questões que definem a qualidade de vida no espaço urbano, público e privado, como o caso da erradicação do analfabetismo, que é sua pedra fundamental.

e) Saúde, abrangência e qualidade

O estabelecimento de sistemas eficientes e abrangentes para a Saúde está presente nesta abordagem habitacional, como diretriz transversal, pois deve permear todas as formulações das políticas setoriais no Município, mas também, com implicações diretas sobre a questão habitacional. Um sistema de saúde de qualidade requer, como premissa, a existência de condições de salubridade e higiene nos locais de moradia, além de acesso à água potável para consumo e para cocção. Esses são requerimentos básicos, que podem e devem constar do plano habitacional. Além dessas colocações de ordem geral, o diagnóstico socioeconômico apontou questões pontuais, que precisam ser realçadas nesses planos específicos.

f) Economia, alternativas de produções ambientalmente sustentáveis

A população do Acre deu ao mundo um testemunho próprio e original de entendimento do desenvolvimento sustentável. Quando se propunha entre os núcleos de pensadores “verdes” do planeta, a adoção de árvores dentre outras alternativas utópicas para obter recursos, preservar a floresta e propiciar a sobrevivência dos povos que a habitam, da própria Amazônia, especificamente do

Acre, veio a proposta para propiciar o seu desenvolvimento e, simultaneamente, condicionar a sua preservação. A exemplo dos velhos seringueiros, extrair da selva o que se recompõe sem destruir a floresta. Sem dúvida, não é uma tarefa trivial construir novas formas de desenvolvimento e produção, em um ambiente globalmente dominado pelas formas de produção, baseadas na exploração da mão de obra e dos recursos naturais, mas, a tendência global é de que essas antigas formas de produção não sobrevivam e que as alternativas de produção econômica e ambientalmente sustentáveis, ganhem cada vez mais espaço no mercado mundial.

A questão principal se coloca para os médios e grandes produtores locais. Assim, o estabelecimento das diretrizes a serem atingidas por todas as esferas da administração, em especial pela área da habitação, necessitará do apoio do Estado para sua efetivação. Algumas sugestões de negócios sustentáveis foram apontadas ao longo do diagnóstico, extraídas do relatório de desenvolvimento do Banco da Amazônia. Algumas ações dessa diretriz já estão em andamento, como o caso da busca de parceiros nacionais e internacionais, implementadas pelo Governo do Acre para superar a desigualdade social. Em nível internacional, o Governo do Estado estabeleceu diferentes estágios de diálogo com os Bancos Interamericano de Desenvolvimento - BID e com o Banco Mundial - BIRD. No plano nacional, o Acre firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, para o financiamento da segunda fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado, em uma parceria que representa a maior operação financeira de fomento à inclusão social do BNDES em toda a região norte do País, no valor de R\$ 179 milhões, dos quais R\$ 136 milhões (cerca de 80%) vindos do BNDES através do Financiamento a Empreendimentos (FINEM). O Município de Rio Branco é peça chave nesse contexto e o fomento dessa diretriz está em harmonia com Plano Diretor.

A democratização da renda, conforme as palavras do governador Tião Viana vem atuando na economia local e adquire um contexto de produção cooperativa, que segundo as próprias palavras do governador: “Noutro dia eu mesmo fiquei surpreso quando ao examinar o relatório geral de todos estes projetos para atender as cooperativas e associações, constatamos que quando todos estiverem em pleno

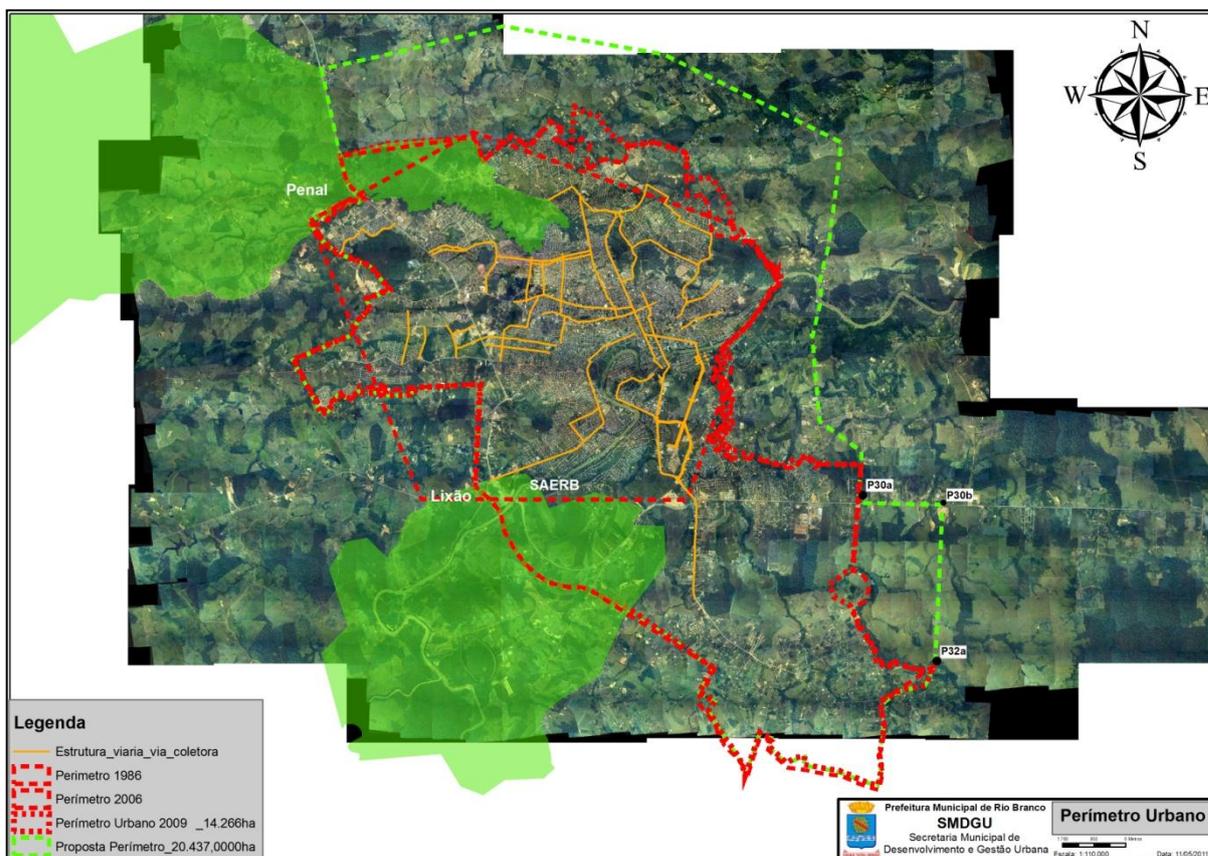
funcionamento, mais de 40 mil pessoas estarão sendo beneficiadas direta e indiretamente”, destaca Tião. Lembrando que a consolidação desses projetos de estímulo ao desenvolvimento, depende da liberação de créditos por instituições financiadoras oficiais, dentre as quais destacou a Fundação Banco do Brasil e o Banco da Amazônia.

Realçou a importância da liberação de créditos do BB, para a mecanização da terra por pequenos produtores, lembrando o caso dos plantadores de amendoim de Senador Guimard e os produtores de leite de Rio Branco, Acrelândia e Plácido de Castro: “Para nós que defendemos a sustentabilidade, a mecanização é hoje uma necessidade porque permite o reuso continuado da terra, aumenta sua produtividade e diminui a necessidade da realização de derrubadas de floresta para abrir novas áreas de cultivo. Em resumo, todos ganham com isso”. O apoio se confirma no fato de que em suas emendas individuais ao Orçamento Geral da União para 2009, destinou R\$ 8,5 milhões a fim de executar 85 projetos para diferentes comunidades. Outros R\$ 2,5 milhões estão sendo designados à construção de mais 102 modernas casas para abrigar a produção da farinha de mandioca.

Este cenário propício para uma nova geografia urbana aliada a institucional, define como tarefa dos municípios a necessidade de criar e aperfeiçoar o seu quadro normativo próprio, a partir dos instrumentos criados pelo Estatuto das Cidades e das responsabilidades que passam a assumir, criando mecanismos administrativos, no âmbito de suas políticas habitacionais.

Com a construção progressiva do PMHIS, Rio Branco completa as condições exigidas pelo Sistema Nacional de Habitação, colocando o Município em situação privilegiada para reivindicar e obter recursos federais e estaduais, para implementar seus programas e projetos Habitacionais.

Mapa 01 - Proposta de ampliação do atual perímetro urbano



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana, Agosto 2011.

3. BASES TÉCNICAS E FUNDAMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PLANO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

O acréscimo do perímetro urbano de 6.171 hectares destinados para abrigar novos bairros planejados e com infraestrutura consolidada, terá a finalidade de suprir o déficit atual e futuro de moradias em Rio Branco. Esta proposta se justifica pela atual realidade socioeconômica e ambiental do espaço construído da cidade, assim como pelos elevados custos de melhoria e manutenção da atual infraestrutura. O sistema em funcionamento implica na necessidade de contínuas adequações para se obter

estruturas urbanas com fluxos urbanos e espaços intra-urbanos de qualidade, que nem sempre são soluções efetivamente econômicas e socialmente equilibradas.

As intervenções na cidade giram, basicamente entre a qualificação espacial do atual tecido e a incorporação de novas intervenções nele, os custos ultrapassam as fronteiras econômicas de gestão do poder público para solucionar todas as deficiências concretas. Entre as situações de conflito estão os fatores geológicos, espaciais e ambientais. Entre os fatores de fluxo viário e adensamento, está a real falta de espaço intra-urbano para captar o volume crescente de veiculação e acessos. É importante ressaltar que a rede de transportes públicos é, em si, um item de extrema importância para o setor habitacional. Para concretizar a melhoria no transporte público nos deparamos com o desconforto das atuais instalações de abrigo, circulação, baldeação e estações rodoviárias. Um novo plano de transporte limpo, inevitavelmente terá que ser reeditado. Os problemas citados introduziram novos parâmetros e novos olhares sobre a malha urbana da cidade de Rio Branco. Por outro lado, os planos de desenvolvimento na escala regional transferem ao poder público municipal a necessidade de um planejamento, que considere a nova geografia econômica do Acre, sobretudo no que se refere às comunidades abrigadas pelo atual Plano de Habitação de Interesse Social. Assim conforme o planejamento para a região e de acordo como o volume dos investimentos e ações já concretizadas, consideramos que os fundamentos que nos permitem justificar a ampliação de 14.266 hectares para 20.437 hectares estão fundamentados no contexto a seguir:

3.1 - Desenvolvimento: Investimentos e Planejamento Urbano

Conforme a Secretaria de Estado de Planejamento, SEPLAN, os esforços se concretizaram nos investimentos Governamentais, realizados no Estado do Acre, nos últimos 12 anos, que criaram a infraestrutura necessária para consolidar o desenvolvimento econômico e social. O estabelecimento desse cenário coloca atualmente, o Acre no rol dos Estados mais competitivos e atrativos a capitais públicos e privados da região amazônica, com números bastante favoráveis, como:

- Taxa de crescimento acumulado (2002-2008) do PIB de 44,05%, sendo o 4º

maior acumulado do Brasil nesse período;

- Crescimento real acumulado (volume) do PIB industrial de 67,74% e do agropecuário de 44,62%, os maiores da Região Norte (2002-2008);
- Em cinco anos, houve um incremento médio de 233,4% nas “exportações interestaduais” do Acre, passando de R\$ 161.975 mil em 2005, para R\$ 540.1051 em 2010;
- Aumento das exportações de 1.502%, passando de US\$ 1.294 mil (FOB) em 1999, para US\$ 22.066 mil (FOB) em 2010;
- Incremento nominal de 654,93% na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, nos últimos 10 anos; e, 47,60% entre 2007-2010;
- Aumento nominal de 420,63% nos repasses constitucionais (ICMS) aos municípios do Estado (2000-2010) e, 47,09%, no período de 2007-2010;
- Volume de recursos financeiros não reembolsáveis captados junto ao Governo Federal na ordem de R\$ 2,338 bilhões (2000-2010), um aumento de 121,3%, no período de 2007-2010; e,
- Incremento nominal de 570,92% no Orçamento Geral do Estado – OGE de 1999-2010; e, 74,82% no período de 2007-2010.

O Estado do Acre, possui uma política de Desenvolvimento Industrial que fomenta a consolidação da sua base, por meio da valorização do seu maior ativo “A Floresta”, a agregação do valor da matéria prima produzida na região e implementação de matrizes industriais de baixo impacto ambiental e economicamente sustentável. Assim, desde dezembro de 1999, existe a Comissão da Política Industrial do Estado

do Acre – COPIAI, que tem por missão: “Possibilitar a construção de uma base industrial sustentável (econômica e ambientalmente) no Estado do Acre”.

As principais ferramentas utilizadas, pela COPIAI, são:

- Concessão de Direito Real de Uso de bens móveis e imóveis;
- Financiamento do saldo devedor do ICMS em até 95% por 10 anos, podendo ser este prorrogado por igual período.

O Governo do Estado, objetivando atrair investimentos prioritários para o desenvolvimento sustentável, flexibiliza sua política fiscal e creditícia, concedendo benefícios pontuais aos novos empreendimentos, desde que alinhados à Política de Desenvolvimento Econômico. Os incentivos se estendem também no comércio internacional, através a Zona de Processamento de Exportação – ZPE/AC, que consiste em um distrito industrial alfandegado, no qual permite a instalação de empresas voltadas, essencialmente ao mercado externo, as quais passam a operar com redução/suspensão de impostos e contribuições federais e liberdade cambial, podendo manter no exterior 100% das divisas obtidas nas exportações, com a condição de destinarem, pelo menos 80% de sua produção de bens e serviços ao mercado externo em Rio Branco. Tabela 01

Tabela 01 - Principais Empresas Exportadoras do Acre

Descrição	2010 (Jan/Dez)		2009 (Jan/Dez)		Var% 10/09
	US\$ F.O.B	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
TOTAL DA ÁREA	20.734.285	100	15.720.476	100	31,9
TOTAL DAS PRINCIPAIS EMPRESAS	20.734.285	100	15.720.476	100	31,89
1 LAMINADOS TRIUNFO LTDA	8.901.686	42,93	6.685.210	42,53	33,15
2 MADEIREIRA BIANCHINI LTDA	2.793.303	13,47	1.335.680	8,5	109,13
3 OURO VERDE IMP. E EXP. LTDA	2.233.126	10,77	983.357	6,26	127,09
4 PRETE & PRETE IMP. E EXP. LTDA	2.141.511	10,33	1.560.741	9,93	37,21
5 COMERCIAL E INDUSTRIAL RONSY LTDA	1.199.680	5,79	2.311.376	14,7	-48,1
6 SIMAO P. DE OLIVEIRA	1.075.451	5,19	261.779	1,67	310,82
7 WOODLAND COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	669.349	3,23			
8 JBS S/A	480.817	2,32	1.311.296	8,34	-63,33
9 S. C. LIMA IMP E EXP ME	400.918	1,93	318.982	2,03	25,69
10 A. M. SOUZA LTDA. ME	253.201	1,22	-	-	-
11 CASA DO SERINGUEIRO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	137.227	0,66	-	-	-
12 GLOBAL FOREST EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA.	115.595	0,56	-	-	-
13 OURO BRANCO MADEIRAS IMPORTACAO & EXPORTACAO LTDA	82.293	0,4	311.109	1,98	-73,55
14 ACREPLAST IND E COM DE EMBALAGENS EXPORTACAO E IMP.	53.794	0,26	22.370	0,14	140,47
15 TRADE TOWER COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA	42.033	0,2	-	-	-
16 BUTZKE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	35.738	0,17	-	-	-
17 JULIO MARCELO GUERRA	33.643	0,16	37.442	0,24	-10,15
18 RONAI INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA ME	22.390	0,11	-	-	-
19 I. C. M. FERREIRA OESTREICHER	19.345	0,09	-	-	-
20 GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS	17.330	0,08	-	-	-
21 PACIFIC TRADERS IMP. E EXP. LTDA	11.675	0,06	-	-	-
22 FORMATE INDUSTRIA E COMERCIO IMP E EXP LTDA	9.257	0,04	-	-	-
23 VALDIR P. DE LIMA IMP E EXP	3.348	0,02	-	-	-
24 PEDREIRA VALE DO ABUNA LTDA	1.575	0,01	1.685	0,01	-6,53
25 ELOF HANSSON LTDA.	-	-	273.854	1,74	-
26 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS FANNY IMP. E EXP. LTDA.	-	-	93.102	0,59	-
27 BRASLEGNO - COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA.	-	-	55.806	0,35	-
28 NAO CONSTA NO CADASTRO	-	-	53.498	0,34	-
29 AGUIAR AGROINDUSTRIA LTDA	-	-	44.983	0,29	-
30 J. K. C. DE ARAUJO IMP. E EXP.	-	-	35.709	0,23	-
31 BRASMETAL WAEZLHOLZ S A INDUSTRIA E COMERCIO	-	-	14.173	0,09	-
32 AMAZON PACIFIC IMP. E EXP. LTDA	-	-	5.698	0,04	-
33 FRONTERICO COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACÃO	-	-	2.320	0,01	-
34 LINHANYL S A LINHAS PARA COSER	-	-	306	-	-

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comercio Exterior -SECEX

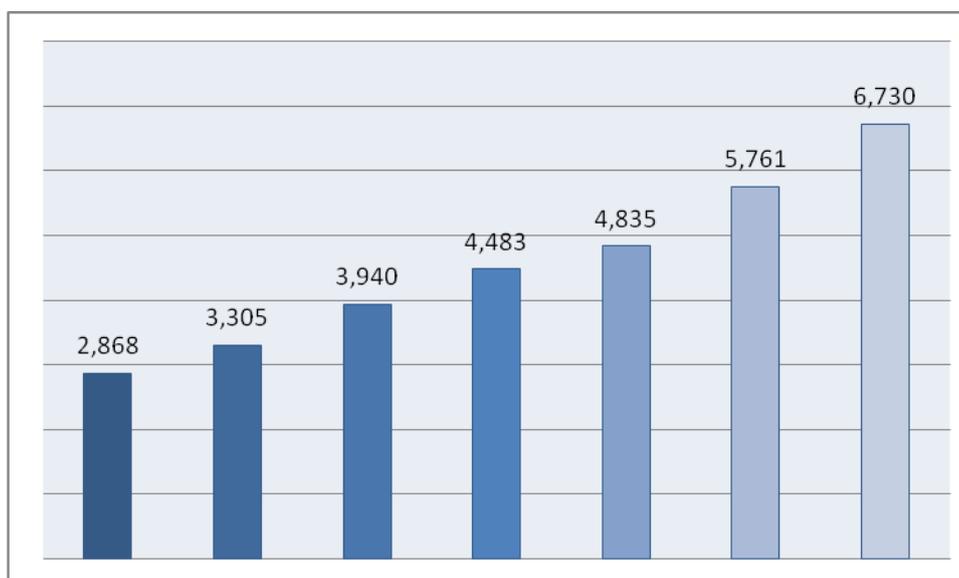
O sucesso dos empreendimentos deixou dados concretos registrados no maior evento do Acre, a Expoacre 2011 em Rio Branco, que movimentou mais de R\$ 130 milhões, foi um sucesso democrático, atingiu do pequeno ao grande produtor, da pequena à grande indústria. O setor de maior crescimento na Expoacre 2011 foi o da indústria, com índice 600% superior ao do ano passado. A empresa Plasacre foi uma das responsáveis pela expressiva movimentação financeira do evento. Ela vendeu 250 mil mourões de cerca, fabricados em madeira plástica, a partir do lixo que milhares de famílias jogam fora todos os dias no Acre e com o pó-de-serra que é dispensado nas marcenarias e prejudica o meio ambiente. A feira teve um crescimento geral de 34% em relação ao ano passado. “A feira refletiu o atual momento econômico do Acre e as prioridades que o governo do Tião assumiu: indústria e produção. Sete novas indústrias tiveram sua instalação aprovada no Estado, com estimativa de investir R\$ 23 milhões no setor privado e gerar mais de 200 empregos”, conforme informações da Secretaria de Desenvolvimento Industrial Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Indústria, Comércio e Serviços (Sedict).

O PIB – Produto Interno Bruto per capita acreano foi de R\$ 9.896 em 2008, contra R\$ 8.789 no ano anterior, mantendo o Estado na 17ª posição do ranking nacional, pelo segundo ano consecutivo. A maioria dos setores econômicos apresentou crescimento substancial do PIB no período: com taxa de crescimento do volume de 14,7%, a agropecuária foi responsável por 18,6% do valor adicionado do Estado em 2008. A atividade de cultivo de outros produtos da lavoura temporária representa, aproximadamente 50% do valor da produção agropecuária acreana, com destaque para o aumento da produção da mandioca, que cresceu 19%. Contribuíram ainda, para o bom desempenho da agropecuária em 2008, o aumento da produção de milho (8%) e da atividade de criação de aves (35%).

A indústria teve 12,4% de aumento do valor adicionado do Estado em 2008, e seu crescimento em volume foi de 5,8%. A indústria acreana foi impulsionada pela construção civil que expandiu 6,9% e aumentou de 54% sua participação em 2007, para 60% em 2008, no valor total do setor. As outras atividades que colaboraram para o incremento foram a indústria de transformação com expansão de 4,8% e participação na indústria total de 27,3%; e, o crescimento obtido pelos serviços

industriais de utilidade pública (4,3%). O setor de serviços cresceu 4,8% em 2008, em relação ao ano anterior. As atividades que mais impulsionaram o setor de serviços foram o comércio e serviços de manutenção e reparação que expandiu 8,1% e respondeu por 20,1% dos serviços; e a administração, saúde e educação públicas e seguridade social que cresceu 2,6% em 2008, com participação no valor adicionado do Estado de 33,4%. Figura 01

Figura 01 – Evolução do PIB do Acre entre 2002- 2008



Fonte IBGE 2009

A partir do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Acre em 2004 (PPA 2004-2007), a gestão pública vem projetando e consolidando os objetivos em ações que ampliam a base produtiva, o crescimento industrial, o desenvolvimento fronteiriço e a consolidação da infraestrutura urbana no Estado, especificamente em Rio Branco. Este programa compreende a recuperação do patrimônio histórico e cultural em Rio Branco e no Estado. As obras realizadas na Capital mudaram a concepção da cidade e incentivaram, para que a nova identidade de acrianismo seja implantada na cultura regional. Por outro lado, a consolidação da infraestrutura viária, principalmente o Eixo Rio Branco/Peru/Bolívia abriu as portas para as relações internacionais entre os três países, com a troca efetiva de serviços e comércio. Com isto, Rio Branco com mais de quase a metade da população do Estado e com a

concentração econômica se consolida como pólo de atração e centro de desenvolvimento.

3.1.1 - Programa de Fortalecimento do Turismo

Este programa desenvolvido pelo Governo do Estado, tem como objetivo a promoção e desenvolvimento do turismo como motor de crescimento econômico e no engajamento dos setores público e privado, bem como das comunidades em tornar a oferta de serviços nesta área, uma realidade. O crescimento do turismo assentará na visão de longo prazo, na avaliação das realidades e oportunidades e no reconhecimento de que o turismo é uma indústria internacional altamente competitiva, que requer planificação, investimento, alianças e gestão estratégica.

Conforme o programa, o Acre possui um rico potencial para se tornar um destino turístico de nível regional e internacional. A possibilidade de combinação de experiências marcadas na maior floresta tropical do mundo explorando turismo verde, junto com o contexto histórico que envolve este Estado, por ser um território brasileiro disputado por lutas armadas entre dois países, e depois ser visto como a terra de um líder seringueiro chamado Chico Mendes (que através da sua luta em prol do meio ambiente ficou reconhecido e respeitado mundialmente), bem como o poder de vivenciar o habitat natural da cultura de povos indígenas e seringueiros, oferecem uma base sólida sobre a qual se pode edificar um destino turístico sustentável.

O desenvolvimento do turismo resulta da interação e comprometimento ativo de um grande leque de intervenientes diretos e indiretos. Dentre os quais estão: o poder público, o setor privado, as comunidades locais, os turistas, as instituições financeiras, a imprensa e o público em geral.

Devido sua transversalidade o sucesso do turismo depende da capacidade de agregar as partes que direta ou indiretamente, influenciam o seu desempenho, assim como da capacidade de resposta de cada uma fase, aos desafios de um setor tão volátil e de um mercado tão competitivo. Assim, espera-se de cada um dos intervenientes o necessário envolvimento através de ações pró-ativas, estratégicas e

harmonizadas com vista à afirmação do Acre como um destino no mapa turístico da América do Sul.

Neste contexto, o principal papel do Governo do Estado do Acre, através da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer – SETUL é ser uma instituição facilitadora e catalisadora do desenvolvimento turístico da região. Desta forma, o presente documento traça rumos para a execução de um programa que pode servir de ferramenta de gestão das políticas do turismo acreano e apresenta uma visão sistêmica, que reúne objetivos, metas e ações, amparados pelos princípios da parceria, sustentabilidade, conhecimento, competitividade e qualidade.

Através de iniciativas da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer – SETUL, o Acre passou a trabalhar com pólos ecoturísticos denominados: (i) Vale do Acre, na parte meridional do Acre e (ii) Vale do Juruá, ao norte. No vale do Acre temos “Os caminhos do Pacífico”. O roteiro é desenvolvido com foco no fortalecimento turístico dos municípios fronteiriços acreanos com os países vizinhos - Peru e Bolívia - num chamado à integração latino-americana. No percurso há diversas paisagens dominadas pelo verde, rica fauna e grande riqueza cultural pelos Municípios de Epitaciolândia, Brasiléia e Assis Brasil, localizados na tríplice fronteira. Esse roteiro possibilita a conexão das rotas turísticas acreanas com a Rota Internacional Amazônia-Andes-Pacífico. Quadro 01

Quadro 01 - Principais Pontos Turísticos do Vale do Acre

Rio Branco	Praça dos Tocos, Palácio da Justiça, Praça Chico Mendes, Praça Eurico Dutra, Palácio Rio Branco, Praça dos Seringueiros, Memorial dos Autonomistas, Catedral Nossa Senhora de Nazaré, Praça da Biblioteca Pública, Biblioteca Pública, Espaço de Memória “O Casarão”, Praça da Revolução, Museu da Borracha, Mercado dos Colonos, Mercado Velho, Passarela Joaquim Macêdo, Casario Histórico da Gameleira, Galeria de Arte Juvenal Antunes, Cine Teatro Recreio, Sociedade Recreativa Tentame, Parque Capitão Ciríaco, Arena da Floresta, Parque Chico Mendes e um passeio pelo Parque e Lápide Plácido de Castro, Cemitério Benfica, Biblioteca da Floresta, Casa do Artesão, Casa dos Povos da Floresta, Teatro Plácido de Castro, Horto Florestal, Parque do Tucumã, Usina de Artes João Donato, Sítio Arqueológico dos Geoglifos, Cidade Cenográfica do Quixadá, APA do Amapá, Parque Plácido de Castro e o Novo Mercado Velho.
Xapuri	Túmulo Chico Mendes, Fundação Chico Mendes, Centro de Memória Chico Mendes, Museu de Xapuri, Igreja de São Sebastião, Museu Casa Branca, Rua do Comércio, Casa “A Limitada” (OCA), Museu Antônio Zaire, Praça São Sebastião, Pousada Ecológica Seringal Cachoeira, Parque ecológico Ayshawa, Resex Chico Mendes, Fábrica de Tacos, Fábrica de Preservativos Natex®, Usina de Beneficiamento de Castanhas Chico Mendes e Pólo Moveleiro de Xapuri.
Brasiléia / Epitaciolândia	Igreja São Sebastião, Memorial Wilson Pinheiro, Paróquia Nossa Senhora das Dores, Ponte Binacional Wilson Pinheiro, Praça Brasil-Bolívia, Parque Ambiental Wilson Pinheiro, Parque Nordeste, Orquidário Bel Fiori, Balneário Jarinal e Balneário Kumarurama.
Assis Brasil	Marco Rondon, Monumento da Integração, Porto da Fronteira Tri nacional, Santuário da Alma do Bom Sucesso.
Porto Acre	Sala de Memória Porto Acre e Seringal Bom Destino.

Fonte: SETUL/AC.

Segundo o Ministério do Turismo 15.000 estrangeiros visitaram o Acre em 2006, conforme as projeções elaboradas pela Secretaria de Estado de Planejamento, SEPLANS, em 2019 teremos 40.785 estrangeiros e 80.530 turistas nacionais circulando no Acre, o que poderá significar uma receita de R\$ 56.812.105,00 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e doze mil e cento e cinco reais), pelas projeções mais otimistas, este valor iria para R\$ 60.415.966,00 (sessenta milhões, quatrocentos e quinze mil e novecentos e sessenta e seis reais). Conforme proposta, os maiores investimentos deverão acontecer na Capital.

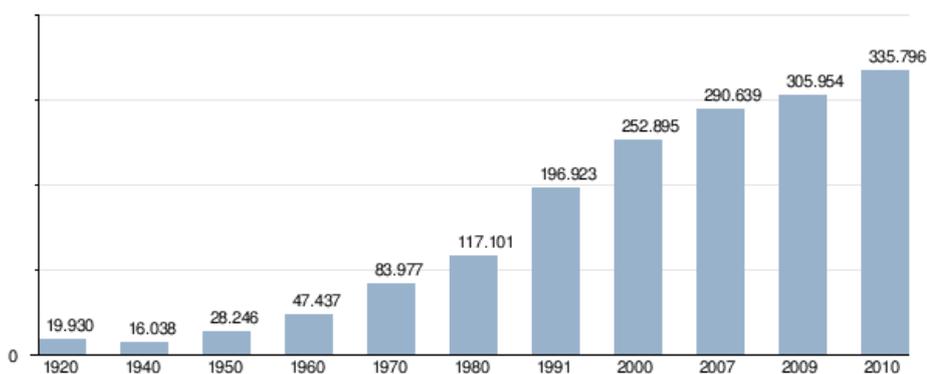
3.2. - Crescimento de Rio Branco e socioeconômica urbana

Enquanto as metrópoles do Sul e Sudeste crescem moderadamente, na região Norte as capitais crescem em ritmo acelerado. Palmas foi a campeã em crescimento populacional (66,23%). A população aumentou de 112.848 para 228.332 na última década. Em Macapá, a população cresceu 40,56%, saltando de 283.308 em 2000, para 398.204 em 2010. Já em Rio Branco, o crescimento foi de 32,79%, passando de 253.059 para 336.038. Em Porto Velho, a população aumentou de 334.661 para 428.527, variação de 28,05%, proporção semelhante à de Manaus, onde o número de habitantes cresceu de 1.405.835 para 1.802.014 (28,18%). Já Boa Vista, a campeã em crescimento populacional, o número de moradores cresceu de 200.568 para 284.313 (41,75%).

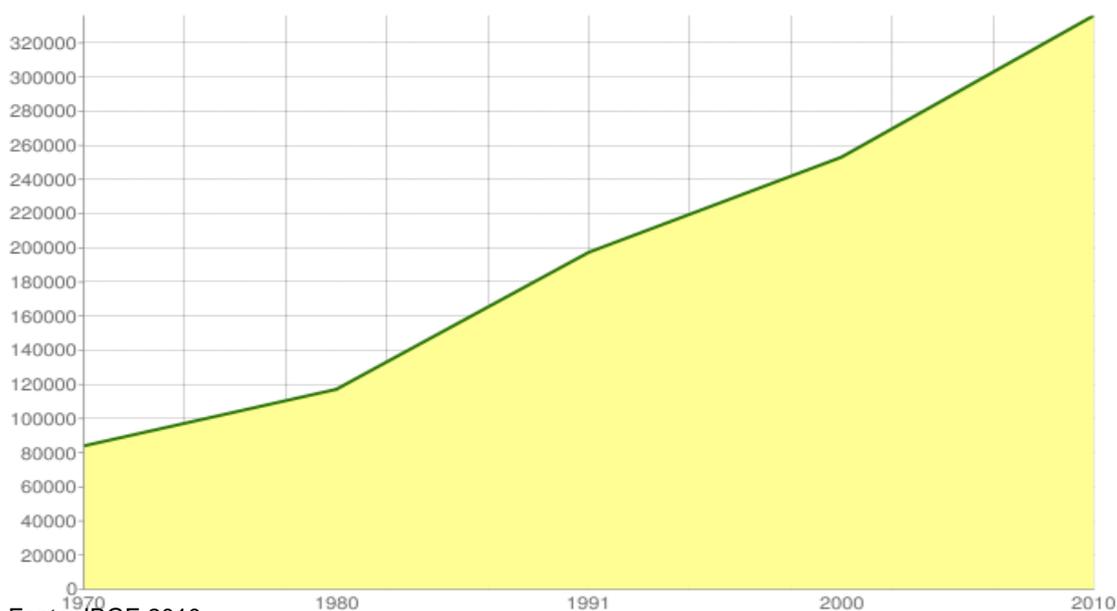
A população no Sul aumentou 0,87% nos últimos dez anos, no Norte o índice atingiu 2,09%. Entre as seis Unidades da Federação com maior crescimento populacional na última década, cinco delas (Amapá, Roraima, Acre, Amazonas e Pará) pertencem à região. Palmas-TO foi a capital que mais cresceu no Brasil, a uma taxa anual de 5,21%, seguida de Boa Vista-RR (3,55%), Macapá-AP (3,46%), Rio Branco-AC (2,82%), Manaus-AM (2,51%) e Porto Velho-RO (2,5%).

A população de Rio Branco apresentou um acréscimo de 29.842 moradores, apenas entre 2009 e 2010, uma taxa significativa de 2,82%, enquanto a taxa de crescimento no Acre é de 2,09% ao ano, e constitui a terceira maior taxa dentre os estados brasileiros. Conforme IBGE 2010. Figura 02 e 03.

Figura 02 - Crescimento Demográfico de Rio Branco 1920-2010



Fonte IBGE 2010

Figura 03 – Crescimento Demográfico de Rio Branco 1970-2010

Fonte: IBGE 2010

Entretanto, em 2011 o quadro socioeconômico da população acriana ainda apresenta um quadro preocupante. Conforme os dados divulgados pelo IBGE 2010, aproximadamente 18% da população no Acre pertencem à faixa de pessoas extremamente pobres. Mediante o Plano Brasil sem Miséria, o Governo do Estado firmou parceria com o Governo Federal, lançado recentemente pela presidente Dilma Rousseff, o Governo pretende tirar da pobreza extrema, cerca de 133.410 acreanos, segundo dados levantados no Censo Demográfico de 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa população pobre corresponde a 18% da população atual do Estado, contabilizada pelo IBGE no ano passado, no universo de 733.559 pessoas. (Figura 04).

Figura 04 – Distribuição Espacial da População Extremamente Pobre

Estado e Regionais	População Total		Pop. Extremamente Pobres	
	Pessoas	%	Pessoas	%
Acre	733.599	100,0	133.410	100,0
Baixo Acre	418.113	57,0	38.077	28,5
Juruá	131.505	17,9	38.846	29,1
Tarauacá	744.579	10,2	29.870	22,4
Purus	50.701	6,9	14.006	10,5
Alto Acre	58.661	8,0	12.611	9,5

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

Rio Branco, capta quase a metade de moradores do Estado do Acre, compõe a região do Baixo Acre com 57% da população total, 418.113 pessoas das quais 335.796 estão no Município, abrigadas em aproximadamente 101.756 moradias. Conforme o diagnóstico social, ambiental, econômico e urbanístico da cidade, a concretização simultânea dos planos de habitação, redução de riscos e regularização fundiária constituem-se nas ferramentas emergenciais de uso e ocupação do solo.

Os três planos tem como objetivo comum o ato de fomentar a cidadania através da transformação do ambiente urbano, de forma a dar condições de habitabilidade, salubridade, segurança, acessibilidade e sociabilidade às pessoas que nele habitam e precisam de uma atuação integrada.

O perfil socioeconômico de Rio Branco, conforme a Federação de Indústrias do Acre, FIEAC, 2007, mostra que 65% dos domicílios têm entre 3 a 5 moradores, em 85% dos quais residem, no mínimo, 3 pessoas, deste montante, 60% têm um morador com renda mensal. Destes 92% dos chefes de família têm renda de 1 a 3 salários mínimos e 8% realizam trabalhos informais nas próprias residências.(Figura 05).

Figura 05 – Perfil Sócioeconômico de Rio Branco



Perfil Socioeconômico Rio Branco



65% dos domicílios têm de três a cinco moradores. 20% dos domicílios têm mais de 5 moradores, ou seja, em 85% residem no mínimo 3 pessoas. Desses, 60% tem apenas 1 morador com renda mensal.

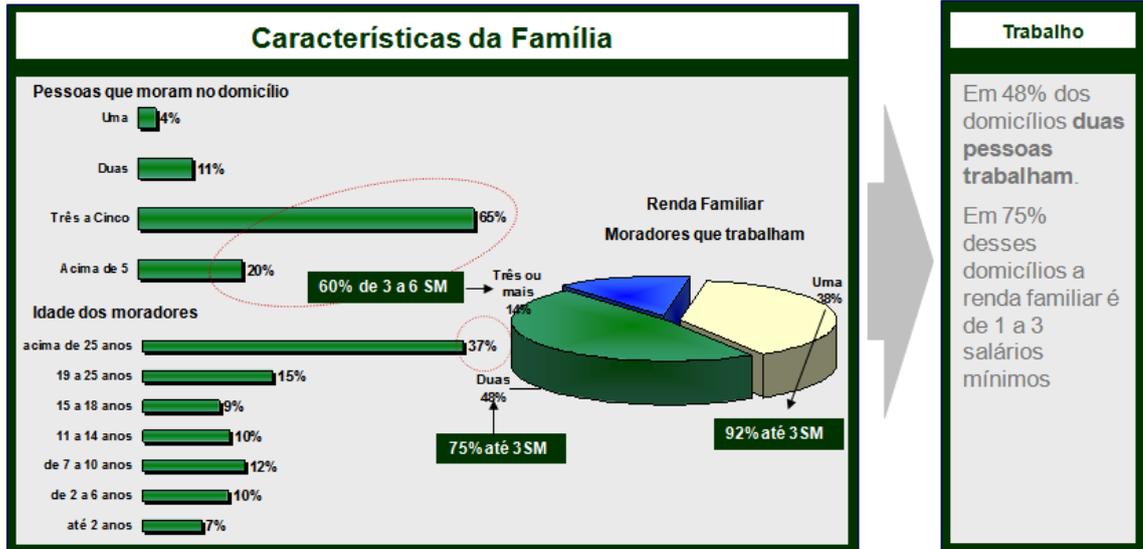
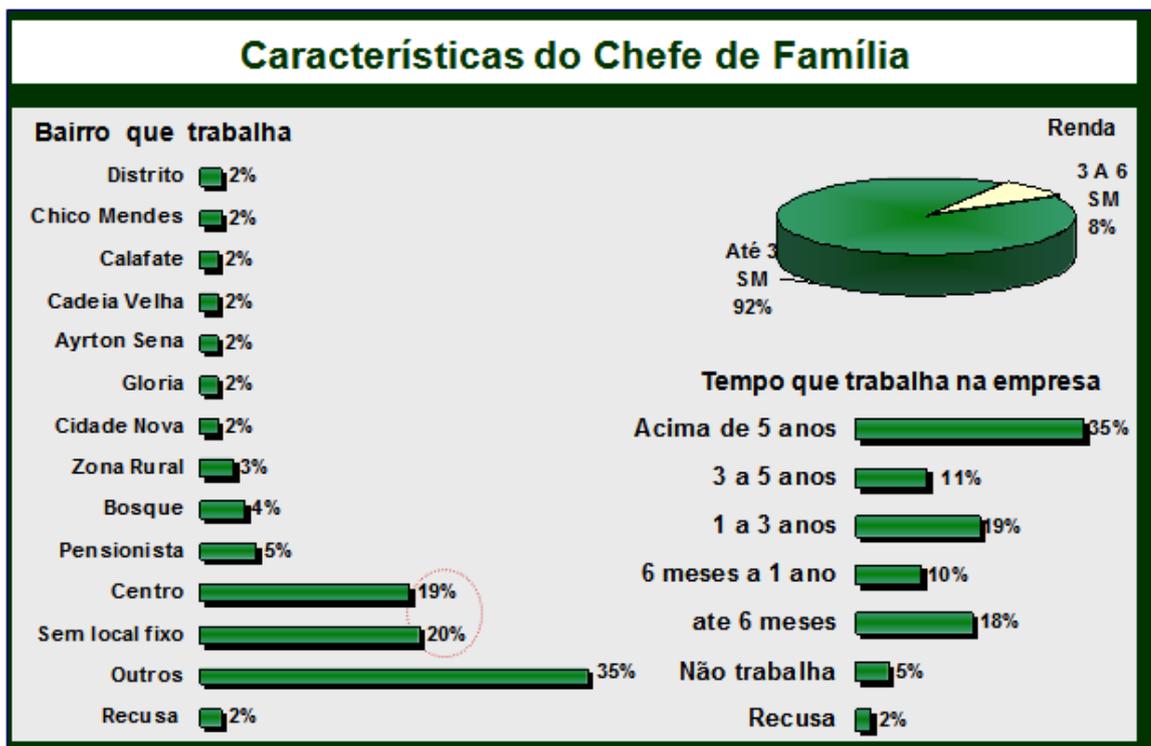
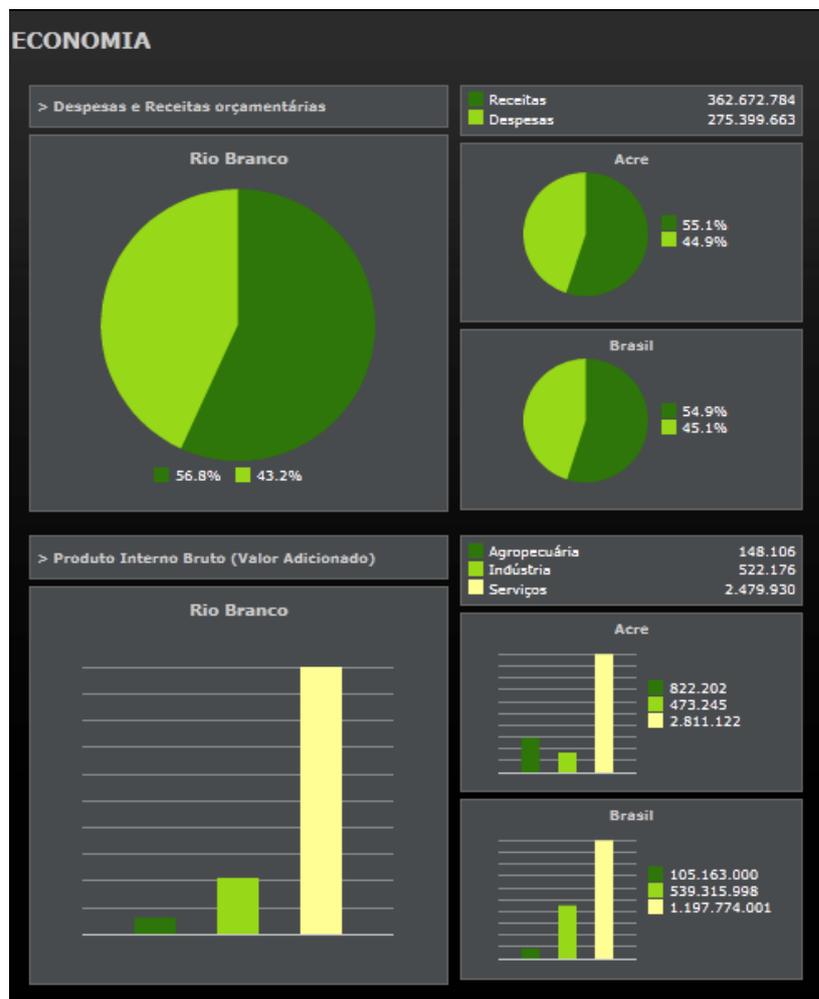


Figura 06 Características do Chefe de Família



Conforme o IBGE 2010, a economia acriana está condizente com a nacional, ao considerarmos as porcentagens entre receita e despesa, Rio Branco apresenta uma tendência muito mais acentuada ao crescimento do setor de serviços. Entretanto, se considerarmos a atual política de desenvolvimento para o setor industrial, provavelmente haverá, em um futuro próximo, outro quadro onde os setores estejam mais equilibrados. Figura 07.

Figura 07 - Economia

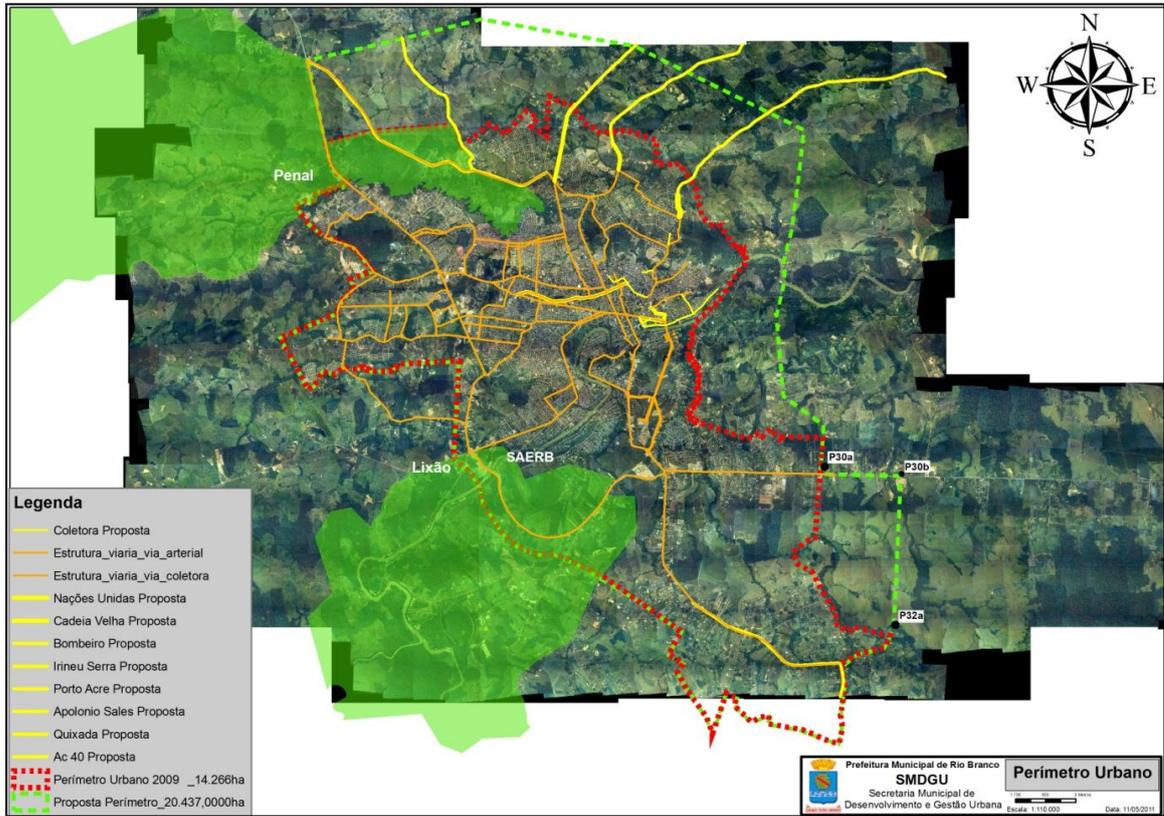


Fonte IBGE 2010

O crescimento no setor de serviços e o potencial de desenvolvimento industrial, reforça a necessidade de criar novas perspectivas de desenvolvimento espacial na cidade, com novos eixos estruturadores em bairros de contorno ao atual tecido

urbano, nos oito novos setores para o crescimento urbano organizado com novos índices atualizados a serem definidos. Mapa 02

Mapa 02 – Ampliação do Perímetro Urbano com Novos Eixos Estruturadores



A relação entre as diferentes áreas dos diferentes perímetros urbanos e número de moradias, mostra a tendência a uma alta ocupação. Figura 08

Figura 08 – Relação entre Perímetro e Capacidade Habitacional

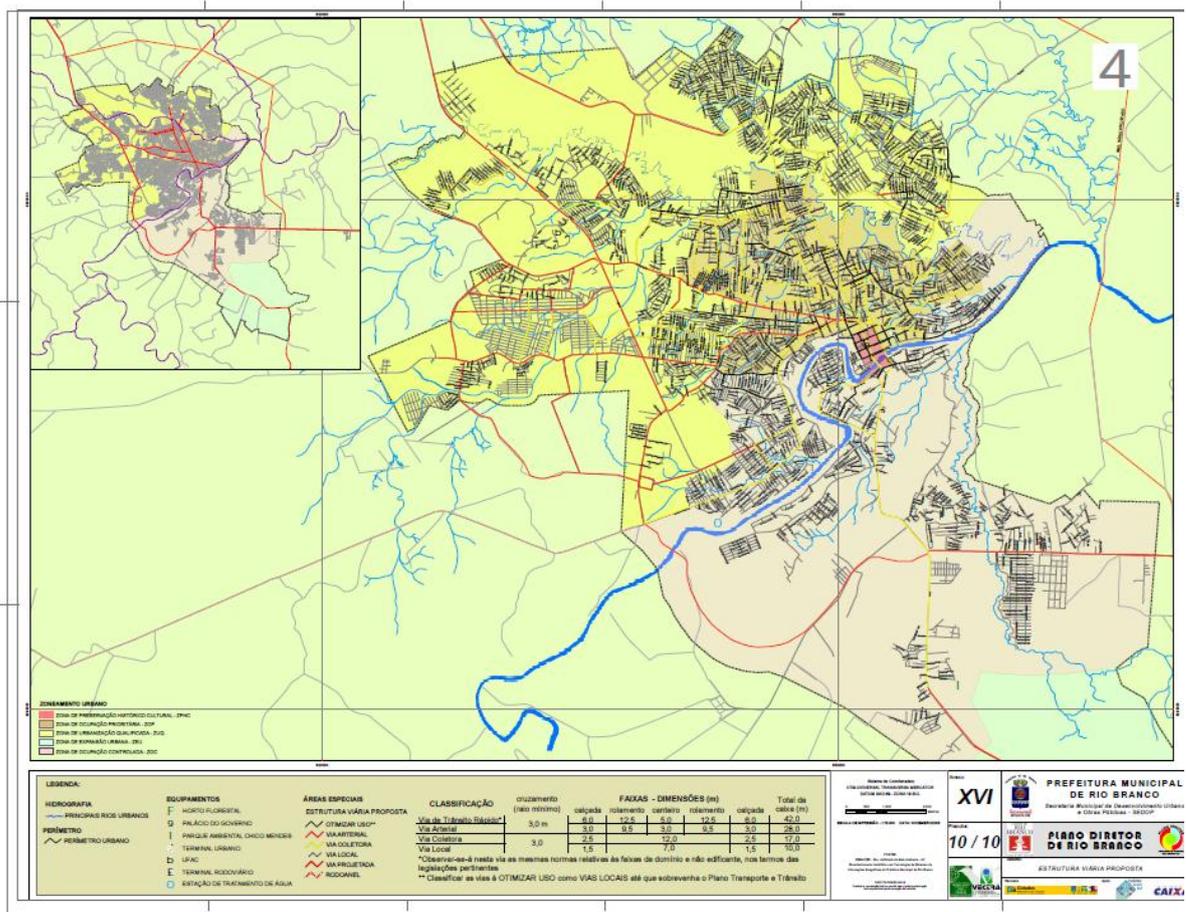
1986		2006		2009		PROPOSTA	
Área Perímetro/Moradias		Área Perímetro/Moradias		Área Perímetro/Moradias		Área Perímetro/Moradias	
8.875 Ha	90.984 m	14.041 Ha	96.728 m	14.266 Ha	103.276 m	19.840 Ha	137.023 + 37.883 = 174.906 m
0,097		0,145		0,138		0,111	
1976-1992 = 11.000		EM OBRAS	ENTREGUES	PENDÊNCIA	CONCLUÍDO	PROPOSTA = 10.000 MORADIAS	
		5.949	1.924	267	1.368		

Fonte: PMRB/SMDGU

Certamente, a municipalidade através da Secretaria de Desenvolvimento e Gestão Urbana SMDGU, deverá considerar um planejamento urbano que visualize a qualidade ambiental como um processo integrado entre ocupação e disponibilidade de áreas, mantendo os índices entre estas. A ligação denominada de Quarta Ponte foi concebida para absorver parte da demanda das duas pontes existentes entre Primeiro e Segundo Distritos (que se encontram muito próximas da saturação), assim como para oferecer uma outra ligação para os veículos que atualmente utilizam a Via Chico Mendes e privilegiar tal via, como um corredor de transporte coletivo.

A proposta de ampliação do perímetro urbano nada mais vem acrescentar à tendência ao crescimento urbano, conforme a proposta da construção do anel viário, sentido leste, que é definido no Plano Diretor Lei 1.611 de 27 de outubro de 2006.

Mapa 03 – Localização do Anel Projetado no Plano Diretor



Este processo de planejamento implica nos mecanismos utilizados para resolver os atuais problemas, aspectos considerados empecilhos para o desenvolvimento urbano, são tensões urbanas ocasionadas por:

- a) infraestrutura viária e aumento veicular;
- b) consolidação do plano saneamento básico;
- c) regularização fundiária;
- d) caracterização vazios urbanos;
- e) área preservada ao aquífero;
- f) plano de investimentos em HIS e valor da terra.

a) Infraestrutura viária

De 2005 a 2010 a frota de veículos em Rio Branco passou de 56.584 para 112.415, ou seja, praticamente dobrou em cinco anos. Entretanto, o crescimento da população não teve essa taxa de crescimento.

Em 2007 a frota veicular era de 71.129 para uma população de 290.639 pessoas, ou seja, aproximadamente um carro para cada quatro pessoas. Em 2010 a população perfazia 335.796 e os veículos passaram para 109.875 o que corresponde a três moradores para cada veículo, concorrendo com esta taxa, com as grandes capitais. De fato a área de ruas intra-urbanas, principalmente no centro da cidade não foram ampliadas nesta proporção e também seria um equívoco cogitar profundas alterações viárias no Centro Histórico ou em áreas urbanas já consolidadas.

A ampliação da caixa de circulação aconteceu na Avenida Ceará, Getúlio Vargas, Chico Mendes, Rocha Viana e em outros trechos menores, na realidade observa-se a dificuldade em gerenciar um volume de veículos cada vez maior e a necessidade de concluir o asfalto das ruas do entorno da cidade (PAC 2). Novas ampliações constam em projetos e significam vultuosos investimentos que englobam desde desapropriações como modificações no sistema de saneamento e abastecimento.

Na realidade seria necessário novas áreas de ocupação com sistemas de circulação rápida. Contudo, conforme as projeções da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito, RBTRANS o aumento de carros circulantes é inevitável, calcula-se para 2011, uma frota de 122.000 veículos. Tabela 02 e 03

Tabela 02 – Crescimento da Frota de Veículos



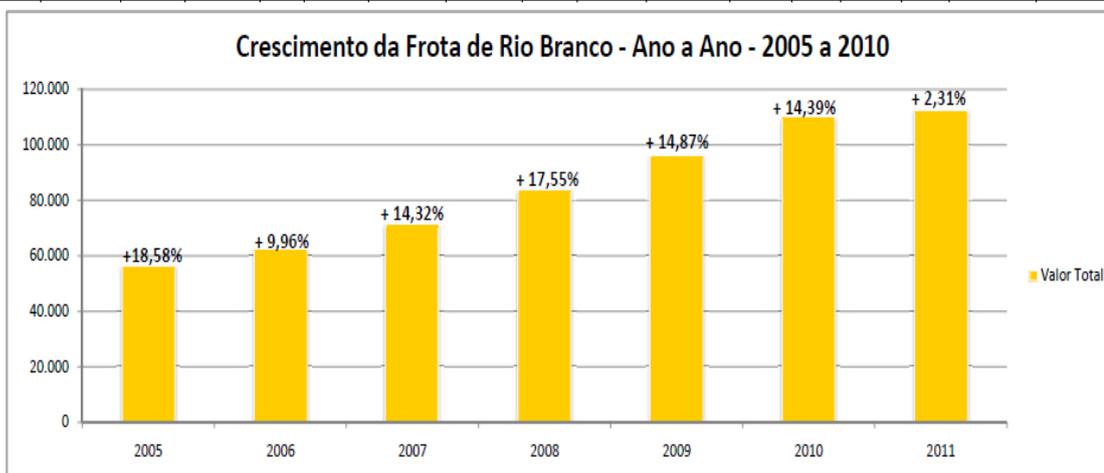
Prefeitura Municipal de Rio Branco
Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – RBTRANS

Frota de Veículos - Rio Branco-Acre - Março 2011

Montagem de Planilhas - DPET/RBTRANS

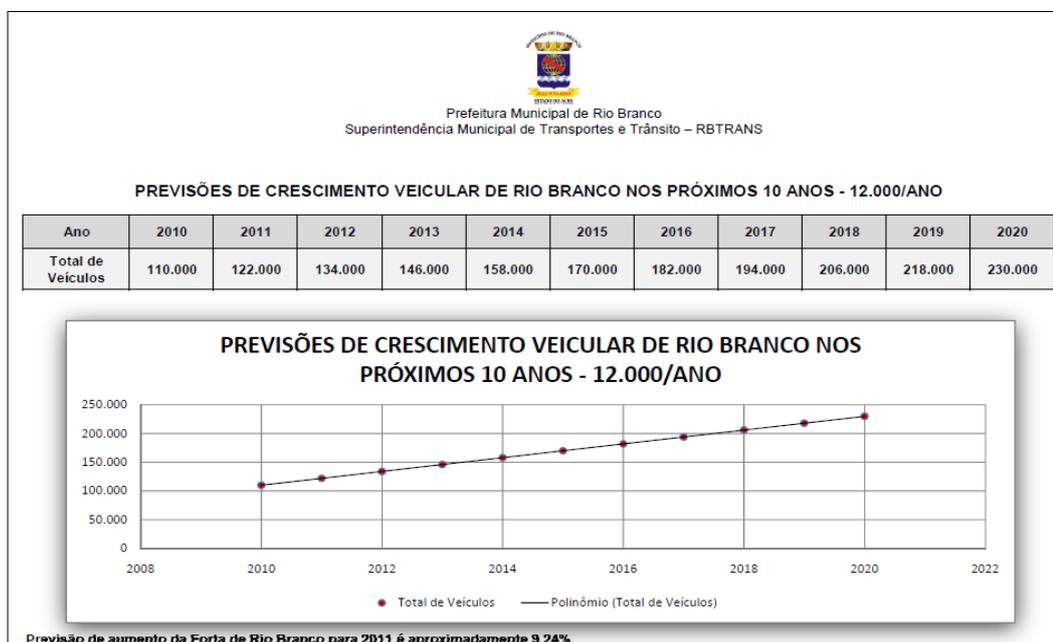
Dados Fornecidos: DETRAN/ACRE

Ano	Municípios	Passageiro			Misto		Carga com Tração				Outras Espécies			Outros	Valor Total	Percentual de Aumento
		Automóvel	Micro-ônibus	Ônibus	Automóvel	Caminhonete	Caminhonete	Caminhão	Cam. Trator	Reboque-Semi	Ciclomotor	Motoneta	Motocicleta			
2005	Rio Branco	23.627	79	354	1.392	4.166	1.183	2.372	97	952	20	3.008	16.085	3.249	56.584	18,58%
2006	Rio Branco	25.499	88	367	1.344	4.153	1.164	2.461	93	1.032	20	3.431	18.724	3.841	62.217	9,96%
2007	Rio Branco	28.827	91	375	1.341	4.218	1.181	2.638	89	1.119	20	3.991	22.548	4.691	71.129	14,32%
2008	Rio Branco	32.953	104	397	1.321	4.430	1.184	2.944	94	1.281	21	4.856	28.131	5.896	83.612	17,55%
2009	Rio Branco	37.072	116	419	1.282	4.500	1.160	3.150	92	1.421	21	5.412	34.358	7.046	96.049	14,87%
2010	Rio Branco	41.605	126	461	1.250	4.682	1.146	3.315	88	1.577	21	6.138	41.030	8.436	109.875	14,39%
2011	Rio Branco	42.467	138	491	1.248	4.704	1.144	3.363	86	1.613	21	6.265	42.159	8.716	112.415	2,31%



Observação: Dados atualizados no dia 1º de abril de 2011.

Previsão de aumento da Frota de Rio Branco para 2011 é aproximadamente 9,24%.

Tabela 03 – Previsões de Crescimento Veicular para 10 anos

Fonte: Rbtrans PMRB

b) Consolidação do Plano de Saneamento

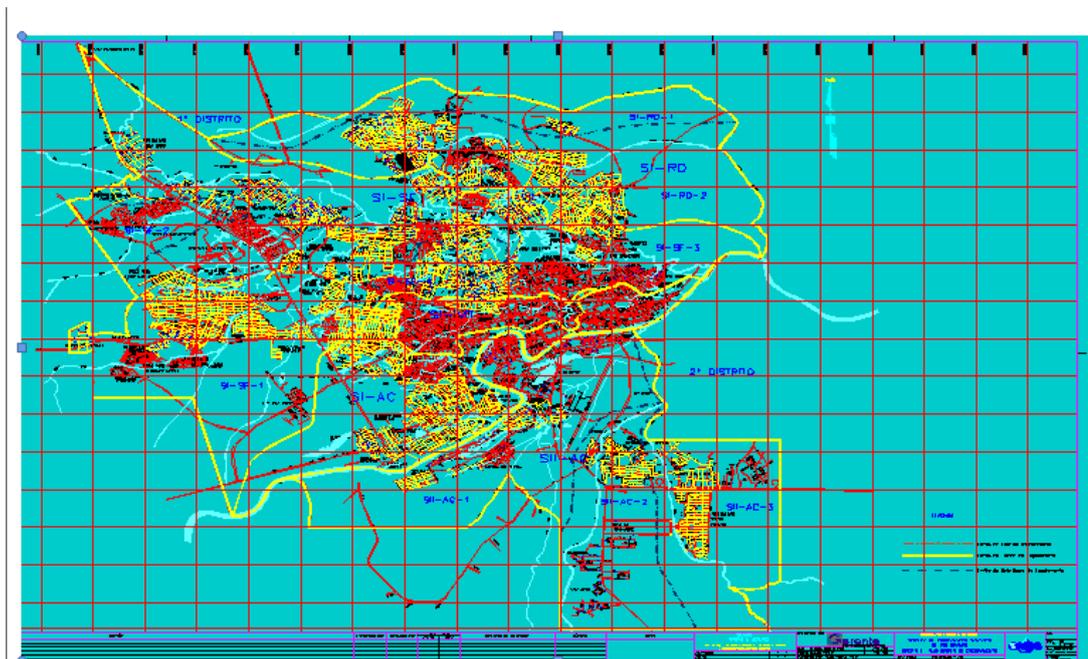
No ano de 2002 o SAERB elaborou o Plano Diretor e Projeto Básico do Sistema de Esgotamento Sanitário de Rio Branco. Mapa 04

- O estudo do Plano Diretor foi elaborado para atender um horizonte de 20 anos.
- O Planejamento das obras foi dividido para atender 02 etapas.
- Sendo que a 1ª etapa alcança o ano de 2010, com índice de atendimento de 50% da população urbana, e
- A 2ª etapa o ano de 2020 com índice de atendimento de 70% da população urbana.

BACIA	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO
Bacia do Alto e Médio São Francisco	ETE Conquista
Bacia do Baixo São Francisco	ETE São Francisco
Bacia da Maternidade	
Bacia da Margem Esquerda do Rio Acre	
Bacia do Redenção	ETE Redenção
Bacia da Margem Direita do Rio Acre	ETE Judia

Fonte: SAERB 2011

Mapa 04 – Bacias - Esgotamento



Fonte: SAERB 2011

O Sistema de tratamento de água atualmente atende conforme o Quadro 02.

Quadro 02 Atendimento – Saneamento Básico

Dados Estação Tratamento de Água			
Localidade	Unidade de Produção	Capacidade Instalada (l/s)	População Atendida (hab)
1º Distrito	ETA II	1000	141.564
	ETA I	600	94.376
2º Distrito	ETA JUDIA	100	26.216
TOTAL		1700	262.155
Extensão rede de abastecimento de água e coletora de esgoto			
Água		770 km	
Esgoto		230 km	
Nº de ligações de Água e Esgoto (un)			
Água		41747	
Esgoto		30175	

Fonte: SAERB 2011

c) Regularização Fundiária

A regularização urbanística e fundiária tem se apresentado como um dos principais problemas dos municípios brasileiros e em Rio Branco a situação não é diferente. Na tentativa de encontrar soluções para as irregularidades fundiárias acumuladas durante anos, a Prefeitura do Município de Rio Branco promoveu a elaboração do Plano Municipal de Regularização Fundiária.

O Plano foi concluído no ano de 2009, com a consultoria do Instituto UNIEMP, Universidade Empresa. Uma Comissão de técnicos do Município trabalhou na obtenção de informações dos assentamentos informais implantados na cidade. Esta Comissão foi formada por técnicos de diferentes secretarias municipais, entre elas a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, formando uma equipe multidisciplinar composta por arquiteto, engenheiro civil, fiscal de obras e urbanismo, economista, entre outros.

O Plano Municipal de Regularização Fundiária apresenta diretrizes e ferramentas a serem utilizadas pelo Município para tratar da questão, além de uma minuta de lei, aprovada em 2009, que regulamenta desde então, os procedimentos de regularização urbanística e fundiária na cidade.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana SMDGU, diagnosticou até 2009, os 196 parcelamentos que apresentam algum tipo de irregularidade. Mapa 05.

O levantamento mostra as diversas formas de uso e ocupação do espaço urbano, isto é, separa as ocupações espontâneas, dos parcelamentos irregulares e dos parcelamentos clandestinos.

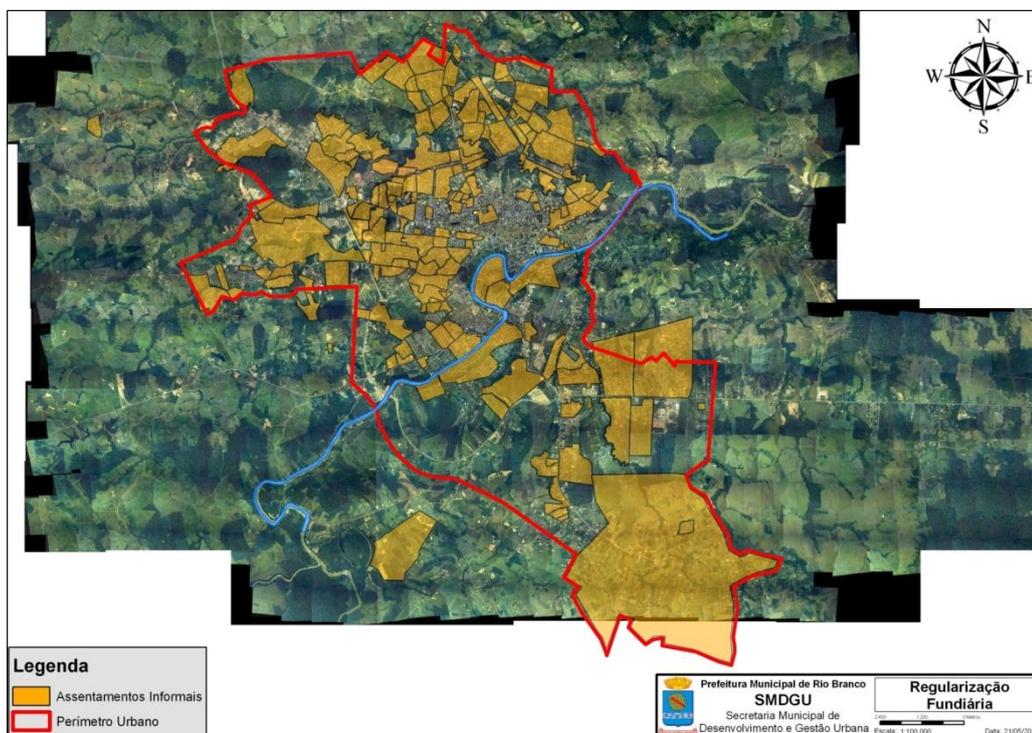
Do total de assentamentos vistoriados, 15% são considerados como ocupação espontânea, 45% irregular e 40% clandestinos. Nota-se que a despeito da

informalidade no processo de uso do espaço urbano, esta forma de ocupação, muito usada pelas famílias oriundas do interior do estado e da zona rural do Município de Rio Branco, não é a forma de padrão mais predominante.

A ocupação através de parcelamentos irregulares, caracterizada pelo descumprimento das normas urbanísticas por parte do empreendedor, apresenta-se como a forma mais freqüente, correspondendo a 45% do total dos assentamentos informais.

Os parcelamentos clandestinos correspondem a 40% do total, tendo-se constituído na segunda forma de ocupação mais usada e sua principal característica é a inexistência de projetos urbanísticos aprovados pelo Município.

Mapa 05 – Espacialização dos Assentamentos Informais de Rio Branco



d) Caracterização dos vazios urbanos para a Habitação de Interesse Social

O objetivo do trabalho, anteriormente realizado, foi estruturar uma base de dados contendo o mapeamento das áreas urbanas desocupadas do Município, **com área superior a 10 mil m²**, visando dar suporte técnico ao desenvolvimento de projetos de Habitação de Interesse Social.

Além de mapear as áreas desocupadas – “**Vazios Urbanos**”– o objetivo central incluiu a qualificação destas áreas e a hierarquização, dentre o conjunto das áreas identificadas, das mais adequadas para desenvolvimento de projetos de Habitação de Interesse Social.

As restrições de caráter legal e urbanístico são expressas na forma da legislação urbana que veda ou restringe, por algum motivo, o uso habitacional em parcelas do município.

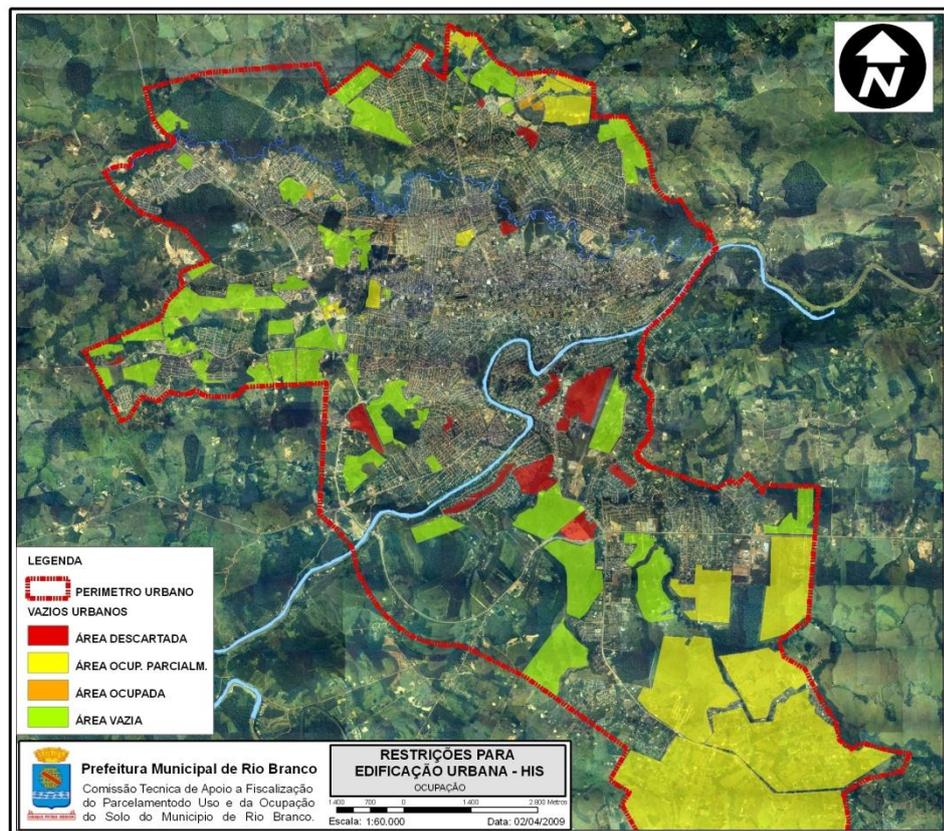
Através da técnica de sobreposição de camadas dos dados mapeados (shapes), foram excluídos os polígonos ou reduzidas as respectivas metragens das seguintes áreas/situações:

- 1º. Com declividade superior a 30%;
- 2º. Sujeitas a escorregamento e erosão (estudos da CPRM);
- 3º. Localizadas em Área de Desenvolvimento Econômico – ADE;
- 4º. Áreas Verdes de loteamentos;
- 5º. Áreas Institucionais de loteamentos;
- 6º. Cota abaixo de 135 metros (passível de alagação);
- 7º. Ocorrência de vegetação expressiva;
- 8º. APP - Áreas de Preservação Permanente, com base no Código Florestal - Lei Federal N° 4.771/65 (apenas as áreas de preservação correspondentes aos cursos principais dos rios/igarapés),

Os vazios urbanos, para uso habitacional, foram classificados com objetivo de servir de apoio na elaboração de políticas habitacionais de interesse social mais adequadas. O acesso à rede de energia elétrica não foi considerado nesta etapa de classificação, pois a cobertura é praticamente universal, ou seja, atende quase todos os domicílios na área urbana de Rio Branco.

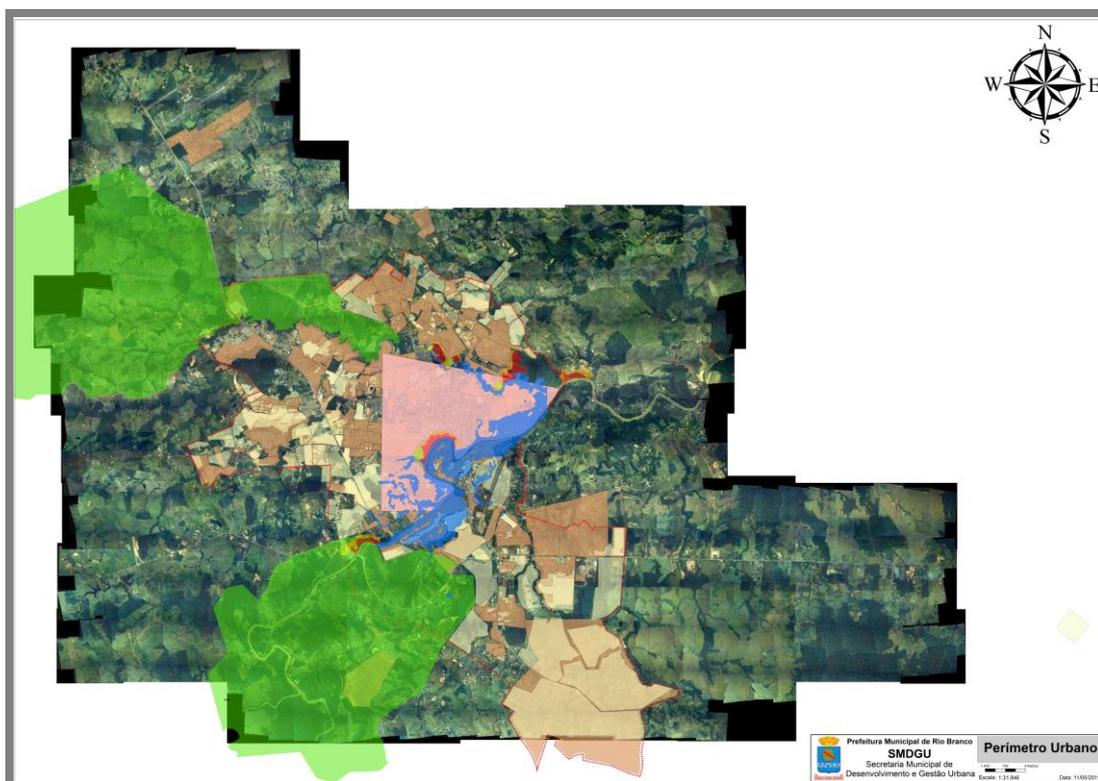
Observamos que a área maior, classificada como área de ocupação parcial, impede a ocupação legal devido a constituir-se uma Área Federal, motivo pelo qual o programa “A minha casa, a Minha vida” limita as intervenções do INCRA. Mapa 06.

Mapa 06 – Restrições para Edificação Urbana por vazios



A espacialização dos assentamentos informais e a condição dos vazios urbanos nos fornece uma nova geografia urbana cuja uma realidade urbana está formada por estruturas espacialmente saturadas e com inúmeros problemas a serem ainda resolvidos: saneamento, infraestrutura, qualidade ambiental. Mapa 07.

Mapa 07 – Geografia Urbana de Rio Branco



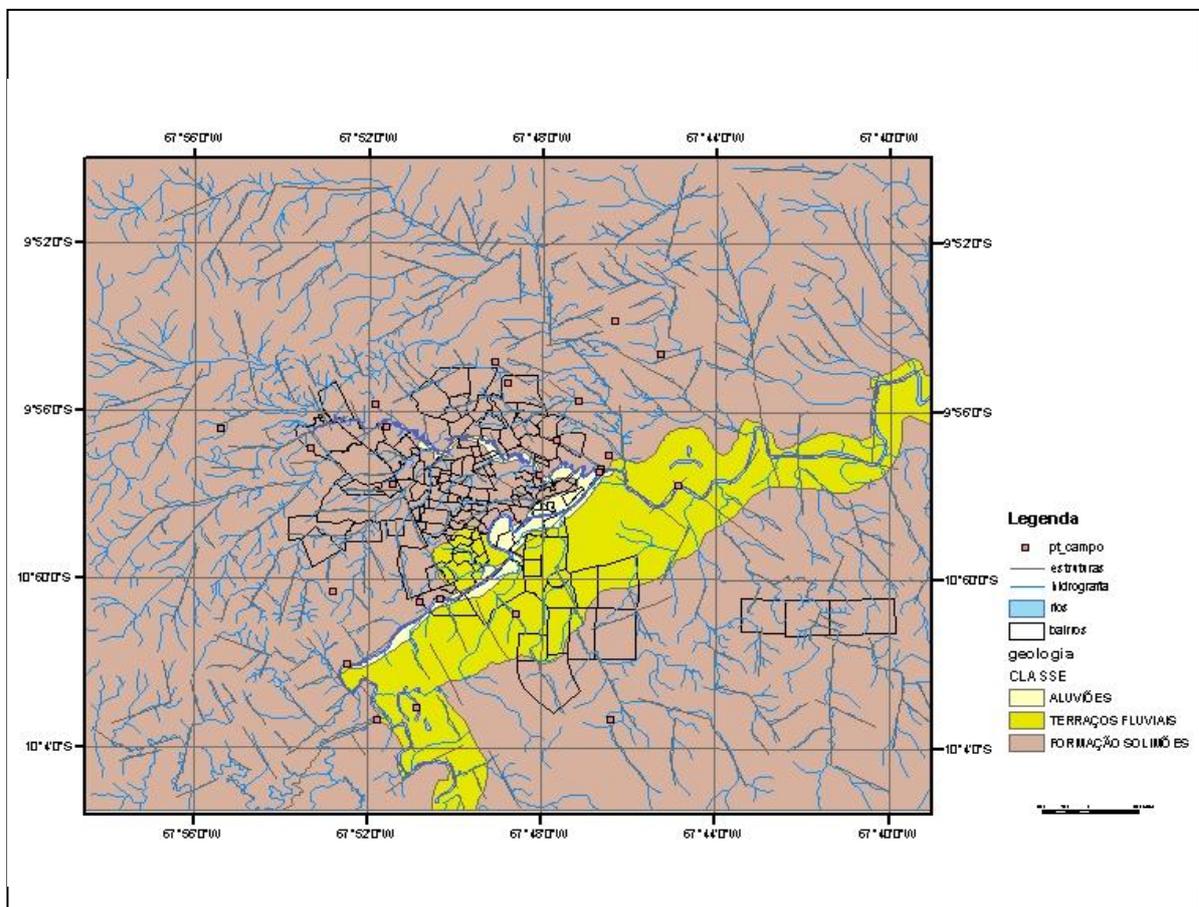
e) Área preservada ao aquífero

A água subterrânea sempre foi relegada a segundo plano no Estado do Acre, uma vez que este se encontra assentado quase que totalmente sobre a bacia sedimentar do Acre, de composição predominantemente argilosa, com baixíssimo potencial para exploração deste recurso. No entanto, a água subterrânea vem sendo explorada comercialmente no II Distrito da capital, através de poços tubulares rasos, perfurados a trado, com captação por sistemas de ponteiras. O comércio informal se intensificou a partir do ano de 2004 e atingiu seu auge com a seca de 2005, que comprometeu a captação superficial no rio Acre.

Após analisar os dados das sondagens e dos poços cadastrados foi possível caracterizar o aquífero Rio Branco, como sendo do tipo confinado drenante, ou seja, a camada que se encontra acima dos sedimentos arenosos é semi-permeável, constituída por argila, argila siltosa e argila silto-arenosa, conferindo um caráter de

baixa capacidade de infiltração direta da água precipitada na superfície, mas que não é totalmente impermeável como a camada localizada abaixo do aquífero, constituída pelos sedimentos argilosos da Formação Solimões. A ocupação desta área ainda precisa ser rigorosamente regulamentada e terá lugar na revisão do Plano Diretor. Até então obedece apenas a regulamentação ambiental e urbana pertinente. No entanto, a regulamentação específica deverá constar nos anais do Plano Diretor. Mapa 08.

Mapa 08 – Área de Abrangência do Aquífero – conforme a CPRM

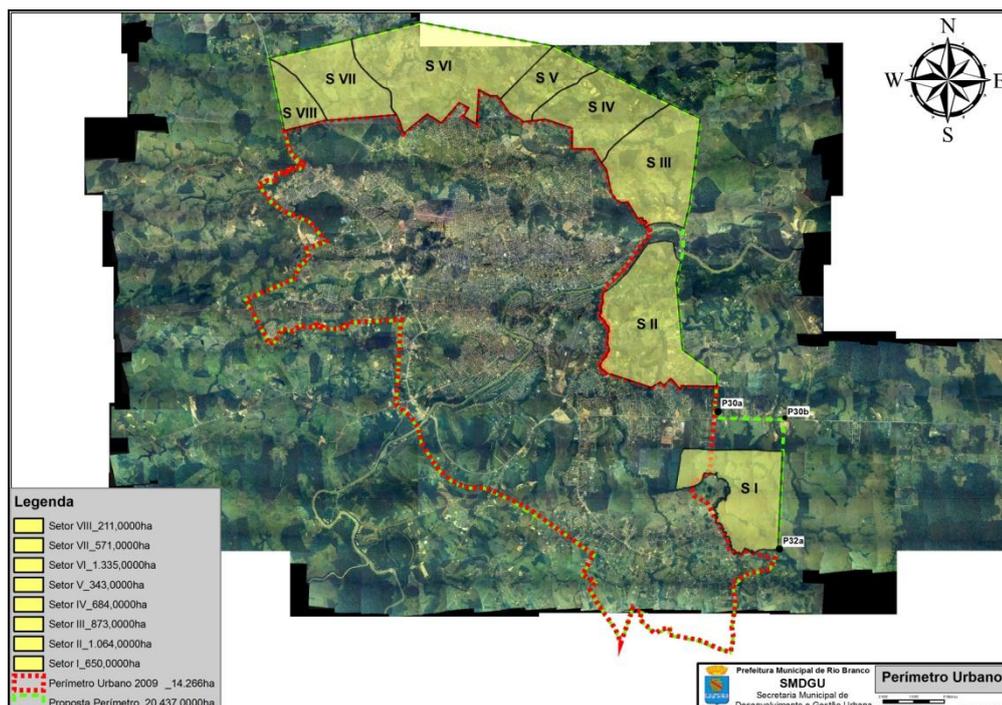


Fonte: CPRM

e) Plano de Investimentos em HIS e Valor da terra

Conforme as diretrizes do Ministério das Cidades, as intervenções urbanas para a Habitação de Interesse Social foram executadas no perímetro urbano da cidade, com a premissa de preenchimento de vazios urbanos. Conforme demonstrativo anterior os mecanismos no atual espaço intra-urbano que consideramos como tensões urbanas, que para o Plano de Habitação de Interesse Social, representa esgotamentos físicos e um alto valor da terra. O primeiro, o esgotamento as probabilidades físicas geográficas está no fato da dificuldade em encontrar áreas propícias para este tipo de intervenção, conforme a análise dos vazios urbanos e conforme a localização do lixão, penal, áreas de alagação, áreas de risco, fora isto, a necessidade de recuperação das áreas verdes da cidade, impede a locação para a construção das próximas unidades habitacionais, conforme o Plano de Habitação Estadual, segundo o qual a meta final nos próximos cinco anos é a de finalizar 10.000 células habitacionais. Portanto, os novos eixos estruturantes deverão delimitar oito novas áreas para estoque de terras urbanas, interligadas pelo anel rodoviário leste. Mapa 09.

Mapa 09 – Perímetro Urbano



O valor dos primeiros 650 hectares, em negociação, gira na faixa de R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais) o hectare, contrapondo-se ao valor já pago quando da aquisição das áreas trabalhadas no PAC 1 para Habitação de Interesse Social, cujos montantes giram entre 79.998,21 e 86.390,09 o hectare. Tabela 04. Assim verificou-se a viabilidade imediata e a longo prazo para suprir o déficit habitacional, que conforme a Síntese do Plano ficou calculada em 46.048 moradias em 2011. Conforme Mapa 10, a primeira área a ser utilizada corresponde a S1 com 650 hectares.

Tabela 04 – Avaliação Imobiliária – PAC1

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA - CPAI																	
QUADRO RESUMO - AVALIAÇÃO DE GLEBAS DESAPROPRIADAS DESTINADAS A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL																	
Item	Local	Área Desapropriar (A) m²	Área Útil (B) m²	INFER (C) R\$/m²	Camp. de Arbitrio (15%)		Valor Utiliz. (D) R\$/m²	Valor R\$ (B) x (D)	Infra-Estrutura (R\$) SEHAB	Valor (R\$)	Valor Avaliado Arredondado	Q. Lotes (250m²)	R\$/ Lote	R\$/ha	Dist. ao Centro (m)		
					Mín.	Máx.											
1	BR 364 - Lot. Santo Afonso	70.535,00	45.847,75	28,33	24,08	32,58	31,50	1.444.204,13	879.936,74	564.267,39	564.000,00	183	3.076,85	79.998,21	5.800,00		
2	Lot. Ison Ribeiro Pró-Morada	55.128,31	35.833,40	31,79	27,02	36,56	29,00	1.039.168,64	702.535,52	336.633,12	337.000,00	143	2.348,60	61.063,57	8.600,00		
3	Lot. Ison Ribeiro Sup. da Pobreza	101.286,00	65.835,90	31,79	27,02	36,56	31,00	2.040.912,90	1.202.756,88	838.156,02	838.000,00	263	3.182,75	82.751,42	8.600,00		
4	Lot. Portal da Amazônia	131.509,41	85.481,12	33,55	28,52	38,58	30,00	2.564.433,57	1.591.633,19	972.800,38	973.000,00	342	2.845,07	73.971,92	6.800,00		
5	João Eduardo II	70.263,07	45.671,00	30,97	26,32	35,62	31,00	1.415.800,91	808.797,62	607.003,29	607.000,00	183	3.322,70	86.390,09	4.300,00		
6	Flávio Batista	98.384,73	63.950,07	28,59	24,30	32,88	30,00	1.918.502,24	1.127.280,10	791.222,14	791.000,00	256	3.093,12	80.421,23	4.400,00		
7	Santa Mônica	21.966,98	14.278,53	33,23	28,25	38,21	32,00	456.913,08	250.543,24	206.369,84	206.000,00	57	3.613,29	93.945,50	4.900,00		
8	Eldorado Quindá	71.996,71	46.797,86	27,95	23,76	32,14	31,50	1.474.132,64	998.826,68	475.305,96	475.000,00	187	2.539,14	66.017,73			
9	Eldorado São Francisco	50.856,07	33.056,45	27,95	23,76	32,14	31,50	1.041.278,03	705.538,39	335.739,64	336.000,00	132	2.539,14	66.017,61			
10	Alto Alegre	37.555,00	24.410,75	28,22	23,99	32,45	29,00	707.911,75	413.776,97	294.134,78	294.000,00	98	3.012,35	78.321,07			
11	Distrito Industrial	41.545,05	27.004,28	35,99	30,59	41,39	34,00	918.145,61	591.190,61	326.955,00	327.000,00	108	3.026,88	78.698,91			
12	Piáçido de Castro Bairro Sobral	51.578,71	33.526,16	29,37	24,96	33,78	31,50	1.056.074,07	635.507,25	420.566,82	421.000,00	134	3.136,11	81.538,84			
TOTAIS		802.605,04	521.693,28					16.077.477,56	9.908.323,18	6.169.154,37	6.169.000,00	2.087					
												4,174					
Item	Local	Área Desapropriar (A) m²	Área Útil (B) m²	INFER (C) R\$/m²	Camp. de Arbitrio (15%)		Valor Utiliz. (D) R\$/m²	Valor R\$ (B) x (D)	Infra-Estrutura (R\$) SEHAB	Valor (R\$)	Valor Avaliado Arredondado	Quant. Lotes	R\$/ Lote	R\$/ha	Dist. ao Centro (m)		
13	Araça - Antonio de Lima Furtado	56.141,52	36.491,99	43,00	36,55	49,45	43,00	1.569.155,48	1.072.298,38	496.857,10	497.000,00	146	3.403,88	88.500,83			
14	Santo Antonio	31.132,90	20.236,39	38,78	32,96	44,60	35,00	708.273,53	450.000,00	258.273,53		81	3.190,71	82.958,39			
15	Chico Mendes	39.814,46	25.879,40	30,39	25,83	34,95	32,00	828.140,77	500.000,00	328.140,77		104	3.169,90	82.417,49			
16	Chico Mendes																
17	Chico Mendes																
18	Joazina Pró-morada	19.866,86	12.913,46		0,00	0,00		0,00		0,00		52	0,00	0,00			
TOTAIS		146.955,74	95.521,23					3.105.569,79	2.022.298,38	1.083.271,41		382					

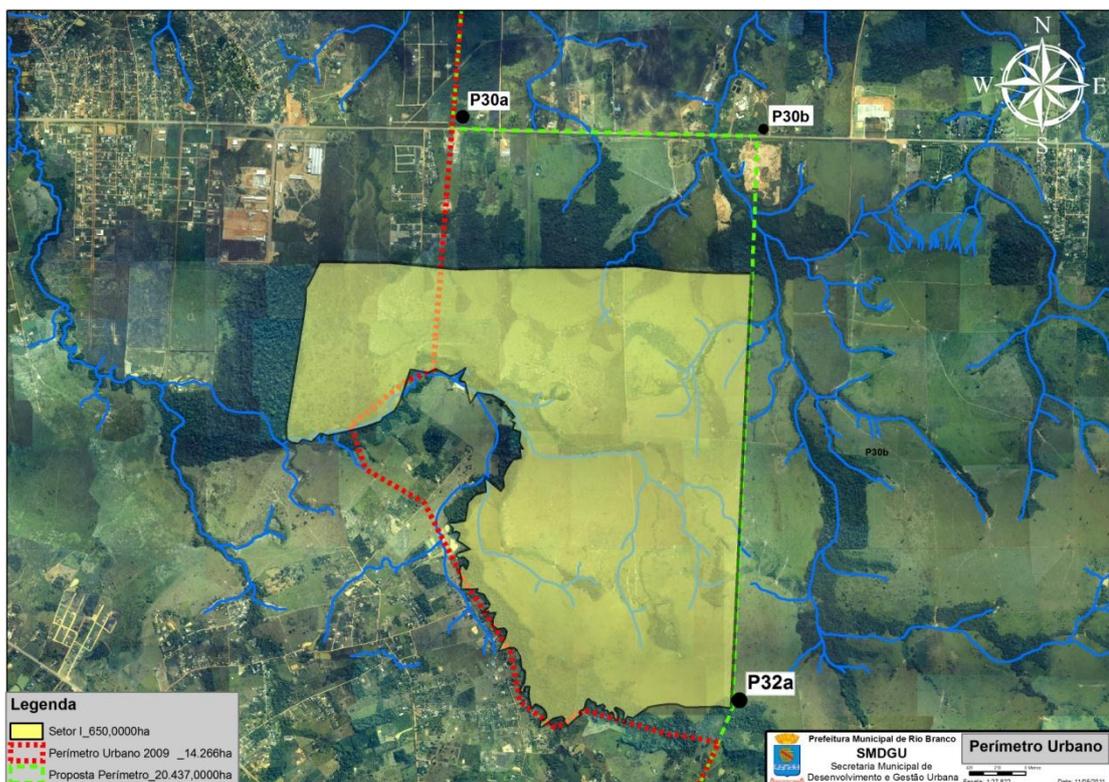
Fonte: SEHAB-AC

Compete ao poder público municipal gerir as diretrizes de Uso e Ocupação destas novas áreas na forma da Lei, com a revisão do Plano Diretor, de maneira a que os projetos de ocupação tenham realmente um resultado benéfico, com mecanismos

que evitem a especulação imobiliária, interferências danosas ao meio ambiente natural; solos, hidrologia e ecologia.

Deverão ser elaborados para ocupação dos oito novos setores estudos pertinentes de Planejamento Urbano por meio de programa específico para este fim. A finalidade é a elaboração de um Novo Plano de Ocupação que condicione e coordene os diferentes entes envolvidos no processo. A Prefeitura Municipal como protagonista, deverá garantir a gradatividade através dos estudos do grau de saturação de cada área. Estas oito macrozonas obedecerão a um plano diretor de eixos estruturantes como também à regulamentação em cada caso específico conforme o potencial urbanístico detectado pelo poder público municipal. Cada nova intervenção terá obrigatoriamente um cronograma de avaliação o qual deverá permitir ou não a liberação para a nova ocupação em cada novo setor através dos mecanismos legais contidos na base do planejamento urbano e de leis específicas.

MAPA 10 - ÁREA S1 PARA A CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO LOTE DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL A PARTIR DE 2011



4. RECURSOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

De forma geral, as principais fontes de financiamento destinadas especificamente para as ações do setor habitacional são:

- **Governos Municipais**

- devem possuir recursos próprios
- devem incrementar a arrecadação

- **Governos Estaduais**

- programas de companhias de habitação

- **Governo Federal**

- recursos não onerosos – OGU
- recursos onerosos – FGTS
- outros fundos – FAT, FDS, FAZ, FAR

- **Organismos Internacionais**

- BIRD, BID e União Européia, Cities Alliance

A principal alternativa para mobilização de recursos locais é a ampliação da capacidade de arrecadação. Isso pode ser feito mediante a modernização do sistema fiscal da municipalidade. Uma iniciativa fundamental é a atualização do cadastro imobiliário e da planta de valores, com impacto sobre a arrecadação do IPTU e o retorno proveniente das prestações que eventualmente alguns beneficiários deverão pagar. O Município poderá deliberar por meio de lei, no sentido de destinar uma parte da receita própria para Habitação de Interesse Social.

a) Captação de Recursos Municipais

- Modernização do setor fiscal - cadastro imobiliário,atualização da planta de valores para IPTU.
- Setor de especializado em convênios externos.
- Elaboração de estudos e projetos para captação de recursos.
- Fundo Municipal de Habitação.

b) Recursos e Fontes de Financiamento

A principal alternativa para mobilização de recursos locais é a ampliação da capacidade de arrecadação. Isso pode ser feito mediante a modernização do sistema fiscal da municipalidade.

O Trabalho Técnico Social nos Programas de Desenvolvimento Urbano, operacionalizados pela CAIXA, baseia-se na premissa de que a participação dos beneficiários promove uma melhor adequação das intervenções às necessidades e demandas dos grupos sociais envolvidos e apresenta-se como contribuição significativa para a sustentabilidade do empreendimento. A participação comunitária nas intervenções torna os beneficiários mais comprometidos, levando-os a exercerem seus direitos e deveres, propicia a compreensão e a manifestação da população atendida acerca das intervenções e permite a afirmação da cidadania e transparência na aplicação dos recursos públicos. A realização do Trabalho Técnico Social favorece a correta apropriação e uso dos imóveis/sistemas/melhorias implantados, promove a mobilização e a participação social por meio de atividades de caráter sócio educativo, da instituição e/ou fortalecimento de bases associativas, de ações direcionadas à geração de trabalho e renda e de educação sanitária, ambiental e patrimonial. Figura 09, e Figura10.

Para o segmento empresarial, a realização do Trabalho Técnico Social representa compromisso com os beneficiários e com o Código de Defesa do Consumidor e resulta em um diferencial competitivo. As ações do Trabalho Técnico Social devem ser desenvolvidas com enfoque interdisciplinar, em sincronia com a realização das

obras físicas. Iniciam-se com o levantamento de dados e informações que permitem a caracterização da situação local, onde se pretende realizar a intervenção proposta.

Figura 09 – Programas Habitacionais e Fontes de Recursos



**OS PROGRAMAS HABITACIONAIS
E FONTES DE RECURSOS**

PROGRAMAÇÃO	PRINCIPAL FONTE
Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários	OGU
Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional Habitar-Brasil/BID	OGU
Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH	OGU
Programa de Arrendamento Residencial (PAR)	FAR
Carta de Crédito Associativo (Resolução 460)	FGTS
Carta de Crédito Individual (Resolução 460)	FGTS
Apoio à Produção de Habitações	FGTS
Programa Crédito Solidário	FDS
Pró-Moradia	FGTS
Apoio à Elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social	OGU
Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social	OGU

O programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV – tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, à requalificação de imóveis urbanos e à produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até 5.000,00 (cinco mil reais) e compreende os seguintes subprogramas:

I Programa nacional de Habitação Urbana – PNHU; e

II Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR

Figura 10 - Programas



NECESSIDADES	PROGRAMAÇÃO	PROPONENTE	FONTE
Construção de Habitação	Apoio ao Poder Público para a Construção Habitacional	Poder público, executivo municipal, estadual e DF	Orçamento geral da União (OGU)
	Carta de Crédito Individual	Pessoa Física	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
	Carta de Crédito Associativo	Pessoas Físicas organizadas em entidade associativa	FGTS
	Pró - Moradia	Poder público, executivo municipal, estadual e DF	FGTS
	Programa Crédito Solidário	Pessoas Físicas organizadas em entidade associativa	Fundo de Desenvolvimento Social
Aquisição de Habitação Nova	Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional	Poder público, executivo municipal, estadual e DF	OGU
	Carta de Crédito Habitacional	Pessoa Física	FGTS
	Carta de Crédito Associativo	Pessoas Físicas organizadas em entidade associativa	FGTS
Aquisição de Habitação Usada	Apoio ao Poder Público para a Construção Habitacional	Poder público, executivo municipal, estadual e DF	Orçamento geral da União (OGU)
	Carta de Crédito Individual	Pessoa Física	FGTS
Conclusão, Ampliação, Reforma ou Melhoria de Unidade Habitacional	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários	Poder público, executivo municipal, estadual e DF	OGU
	Carta de Crédito Individual	Pessoa Física	FGTS
	Programa Crédito Solidário	Pessoas Físicas organizadas em entidade associativa	Fundo de Desenvolvimento Social



Aquisição de Material de Construção	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários	Poder público, executivo municipal, estadual e DF	OGU
	Carta de Crédito Individual	Pessoa Física	FGTS
	Programa Crédito Solidário	Pessoas Físicas organizadas em entidade associativa	Fundo de Desenvolvimento Social
Aquisição de Lote(s) Urbanizado(s)	Apoio ao Poder Público para a Construção Habitacional	Poder público, executivo municipal, estadual e DF	Orçamento geral da União (OGU)
	Carta de Crédito Individual	Pessoa Física	FGTS
Produção de Lotes Urbanizados	Apoio ao Poder Público para a Construção Habitacional	Poder público, executivo municipal, estadual e DF	Orçamento geral da União (OGU)
	Carta de Crédito Associativo	Pessoas Físicas organizadas em entidade associativa	FGTS
Urbanização de Assentamentos Precários	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários	Poder público, executivo municipal, estadual e DF	OGU
	Pró - Moradia	Poder público, executivo municipal, estadual e DF	FGTS

PRÓ MORADIA

O Pró – Moradia financia, com recursos do FGTS, estados, municípios, Distrito Federal ou órgão das respectivas administrações direta ou indireta, para oferecer acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal até R\$ 1.050,00.

Em 22.01.2007, o Conselho Monetário Nacional, por meio da publicação da Resolução 3.438, autorizou limite de contratação para operações de crédito vinculadas ao Programa Pró-Moradia, incluindo no artigo 9º-I à Resolução 2.827/2001, que autoriza limite de contratação de um bilhão de reais.

Modalidades

- Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários
- Produção de Conjuntos Habitacionais
- Desenvolvimento Institucional
- Taxa de Juros: 5% aa, acrescido da remuneração do agente financeiro equivalente a 2% aa e Taxa de Risco de Crédito limitado a 1% a.a.
- Prazo de amortização: 20 anos

Limites

20.000,00 - Demais municípios não enquadrados nas situações anteriores

28.000,00 - Município integrante da Região Metropolitana, aglomerado urbano ou sede de Capital Estadual

Etapas do processo

- Enquadramento, Hierarquização e Seleção das Propostas
- Documentos Análise capacidade endividamento
- Solicitação de financiamento
- Carta Consulta
- Documentação técnica de engenharia, social e jurídica

CRÉDITO SOLIDÁRIO

Definição e Princípios

O programa é voltado ao atendimento de necessidades habitacionais da população de baixa renda, organizada por:

- cooperativas ou por associações com fins habitacionais, visando a produção de novas habitações, a conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física.
- Renda Familiar Bruta – Até R\$ 1.050,00
- É admitida a participação de beneficiário final com renda familiar entre R\$ 1.050,01 e R\$ 1.750,00 – Até 35% da composição do grupo.

Modalidades

O Programa atende necessidades habitacionais de famílias, adquirentes ou proprietário de habitações ou lotes, na seguinte forma:

- Aquisição de Material de Construção;
- Aquisição de Terreno e Construção;
- Construção em Terreno Próprio;
- Conclusão, ampliação e reforma de unidade habitacional.

Valor de Financiamento

Municípios com até 50 mil habitantes e área rural

- Construção R\$ 12.000,00
- Reforma / Ampliação / Conclusão R\$ 7.500,00

Municípios com mais de 50 mil habitantes

- Construção R\$ 18.000,00
- Reforma / Ampliação / Conclusão R\$ 10.000,00

Regiões Metropolitanas

- Construção R\$ 24.000,00
- Reforma / Ampliação / Conclusão R\$ 10.000,00

IMÓVEL NA PLANTA – PARCERIA - FGTS

Linha de Crédito para financiamento da produção de empreendimentos habitacionais, sem a interveniência de empresa do ramo da construção civil, com garantia de hipoteca/alienação fiduciária ou caução financeira, com financiamentos diretos à pessoas físicas com renda familiar bruta máxima até R\$ 1.875,00, por meio de assinatura de Termo de Cooperação e Parceria. Taxa de juros – 6% aa.

- Prazo – até 240 meses.
- Valor de Financiamento e Avaliação – Limitado R\$ 80.000,00
- Lotes Urbanizados – R\$ 23.000,00

Para os programas com recursos do FGTS que prevêem a análise da viabilidade social, deve ser apresentada Proposta Preliminar para Intervenção Social no Empreendimento , contemplando os itens a seguir:

Atendimento aos pré-requisitos do programa

- Critérios de seleção/elegibilidade da área a ser beneficiada;
- Adesão dos beneficiários ao empreendimento, quando exigido pelo programa.

Características da área de intervenção e entorno, inclusive da área de reassentamento, quando for o caso.

- Tempo e forma de ocupação da área e respectiva densidade populacional;
- Equipamentos comunitários e serviços públicos disponíveis nas proximidades da área de intervenção e capacidade de atendimento;
- Condições de habitabilidade, segurança e/ou salubridade da área de intervenção;
- Aspectos ambientais presentes na área de intervenção e entorno.

Características da população beneficiária

- Características socioeconômicas da população a ser beneficiada;
- Identificação dos formatos associativos/lideranças locais

Proposta para Intervenção Social

Objetivo das Intervenções Física e Social

- Regime construtivo, especialmente se na forma de mutirão ou autoconstrução;
- Definição dos valores financeiros e dos demais recursos a serem disponibilizados para o trabalho técnico social;
- Outras informações julgadas necessárias para análise da viabilidade social do empreendimento.

Considerado o resultado positivo na análise de viabilidade social do empreendimento, realizada pela CAIXA, o proponente deve apresentar o Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS. 2011.

Estas condições apresentadas nos itens 1, 2, 3, estão adequadamente formuladas para execução do Plano de Habitação de Interesse Social PMHIS para o próximo decênio conforme as fontes de financiamento e execução dos parceiros federal, estadual e municipal.

Rio Branco, 31 de agosto de 2011